

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (UNIARP)**

**MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE**

**LILIA CAPELIN**

**IMIGRANTES HAITIANOS: VIDAS E SONHOS EM MOVIMENTO**

**CAÇADOR  
2018**

**LILIA CAPELIN**

**IMIGRANTES HAITIANOS: VIDAS E SONHOS EM MOVIMENTO**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na linha de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

**CAÇADOR**

**2018**

Catálogo Fonte, elaborada pela Bibliotecária: Célia De Marco / CRB14-692 da  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Caçador – SC.

---

C238i

Capelin, Lilia

Imigrantes haitianos: vidas e sonhos em movimento. / Lilia Capelin. Caçador, SC.  
EdUNIARP, 2018.

96 f

Orientador: Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Sociedade, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na  
linha de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Educação, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Sociedade.

1. Imigrantes haitianos. 2. Vivências 3. Expectativas. 4. Movimento migratório. 5.  
Trabalho I. Baade, Joel Haroldo. II. TÍTULO.

CDD: 325

---

**LILIA CAPELIN**

**IMIGRANTES HAITIANOS: VIDAS E SONHOS EM MOVIMENTO**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação** apresentada no Curso de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade, Linha de Pesquisa em Desenvolvimento, Sociedade e Educação, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento e Sociedade**.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dr. Joel Haroldo Baade (UNIARP)  
(Presidente da Banca / Orientador)

---

Dra. Fátima Noeli da Silva (UNIARP)  
Avaliadora externa

---

Dr. Ludimar Pegoraro (UNIARP)  
Docente do Programa

Caçador, SC, 16 de abril de 2018.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação a:

Em especial, para meu esposo, Mário, que me apoiou sempre.

Às minhas filhas, Monike, Letícia e Sarah, por compreenderem minha ausência no seu convívio.

A meus antepassados imigrantes italianos e poloneses.

A quem está de partida e a quem está chegando.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade e pelo fortalecimento nos momentos difíceis. Com certeza sou um ser humano melhor após esta caminhada.

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo ao estudo que sempre dispensaram aos filhos apesar do pouco estudo que tiveram. Gratidão eterna.

Ao meu esposo, Mário, e às minhas filhas, Monike, Letícia e Sarah, pelo apoio, pelo entendimento e superação dos momentos em que estive ausente (que não foram poucos), o que somente foi possível pelo grande amor e respeito que me dispensam. A vocês, meu amor incondicional.

Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos que sempre torceram por mim.

Aos meus colegas de trabalho, professores do Curso de Serviço Social, pelo apoio, motivação e companheirismo nestes dois anos.

À professora e coordenadora do Curso de Serviço Social, Dra. Fátima Noeli da Silva, pela compreensão e incentivo de sempre, pessoa que não passou por acaso em minha vida, minha gratidão!

Aos amigos que, mesmo não sendo muitos em quantidade, superam em qualidade. O incentivo e a presença de vocês foram fundamentais e muito valiosos.

Ao meu orientador, professor Dr. Joel Haroldo Baade, pelos direcionamentos teóricos, pela atenção e paciência com que me conduziu ao longo desta pesquisa. Uma pessoa admirável de muita sapiência, obrigada!

Ao Governo do Estado de Santa Catarina, na pessoa do governador Raimundo Colombo, pela iniciativa e preocupação com a formação continuada do professor, bem como à Gerência de Educação de Caçador-SC.

À Escola Estadual Irmão Leo, corpo docente e discente que me encorajaram nesta empreitada, retribuirei com aulas melhores a partir dos conhecimentos destes dois anos.

Aos colegas e professores do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade Programa de Pós-graduação Interdisciplinar/UNIARP, pelos excelentes momentos de reflexão através das leituras e discussões realizadas, que contribuíram muito para o meu aprendizado como profissional e ser humano.

Aos imigrantes haitianos residentes em Caçador, que tão receptivamente me

receberam em seus lares e prontamente responderam as entrevistas, sem as quais esta pesquisa não seria possível.

Se não houver frutos, valeu a beleza das flores;  
se não houver flores, valeu a sombra das  
folhas; se não houver folhas, valeu a  
intenção da semente.

Henfil



## RESUMO

A presente dissertação tem como questão central descrever a inserção social do imigrante haitiano em termos de expectativas e vivências em Caçador, Santa Catarina, Brasil. A pesquisa que subsidiou este estudo expõe dados bibliográficos no primeiro capítulo, trazendo a vida social no contexto de globalização neoliberal e o aspecto do movimento como qualidade de evolução e desenvolvimento das sociedades, bem como fato central da vida e dos sonhos dos imigrantes haitianos. Apresenta em foco as conceituações acerca das terminologias migração, imigração e emigração e seus desdobramentos contemporâneos, como os refugiados, asilados, exilados e transmigrantes. Ainda neste primeiro momento, é apresentado um panorama dos movimentos migratórios que têm permeado o mundo nos últimos oito anos. Na compreensão da complexidade do fenômeno migratório, é primaz trazer elementos tanto da sociedade de origem quanto da sociedade de destino; e o segundo capítulo cita a abordagem histórica do contexto social, econômico e político da formação da nação haitiana (1492) até os anos de 2018. Expõe-se, também nesse capítulo, uma análise conjuntural em torno do Brasil, Santa Catarina e Caçador, clarificando qual é o local de destino encontrado pelo imigrante. No capítulo terceiro, explica-se a pesquisa de campo que investiga a questão central. A abordagem metodológica se deu por meio de entrevista semiestruturada e observação, com dados coletados qualitativamente. Infere-se, por meio deste estudo, que o imigrante haitiano está longe de ser inserido como cidadão, de fato, no Brasil, visto que o país não dá conta sequer dos “seus”. Concluiu-se que o imigrante tem o trabalho como principal objetivo para a migração, para melhoria em suas condições de vida e para a remessa de quantias para o país de origem, na intenção de colaborar no sustento dos que ficaram. Percebe-se a dificuldade para a mulher haitiana conseguir trabalho e os empecilhos que o idioma apresenta para a vida em sociedade. Não há políticas públicas ou serviços específicos no município que visem o atendimento e inserção do imigrante, todavia o discurso dos haitianos entrevistados remonta um Haiti que não oferece as mínimas condições de dignidade ao ser humano. Desta maneira, vê, no Brasil, uma possibilidade de destino, mesmo este não se aproximando de uma conjuntura ideal.

**Palavras-chave:** Imigrantes haitianos. Vivências. Expectativas. Movimento migratório. Trabalho.

## ABSTRACT

The present dissertation has as central question to describe the social insertion of Haitian immigrants in terms of expectations and experiences in Caçador, Santa Catarina, Brazil. The research that subsidized this study exposes bibliographic data in the first chapter, bringing social life in the context of neoliberal globalization the aspect of the movement as a quality of evolution and development of societies, as well as central fact of life and dreams of Haitian immigrants. Features into focus the concepts about the terminologies of migration, immigration and emigration, as well as their contemporary developments, such as refugees, asylum, and transmigration. Still in this first moment, an overview of migratory movements that have permeated the world in the last eight years is presented. In understanding the complexity of the migratory phenomenon, it is essential to bring elements of both the society of origin and the society of destiny; and the second chapter cites the historical approach to the social, economic and political context of the formation of the Haitian nation (1492) until the year 2018. This chapter also presents a conjunctural analysis of Brazil, Santa Catarina and Caçador, clarifying the destination location found by the immigrant. In the third chapter, the field research that investigates the central issue is explained. The methodological approach was done through semi-structured interview and observation, with data collected qualitatively. It is inferred, through this study, that the Haitian immigrant is far from being inserted as a citizen, in fact, in Brazil, since the country does not even sufficiently supply its own people. It was concluded that the immigrant has as main objective for the migration, working to improve their living conditions, and remittance of money to the country of origin, with the intention of collaborating in the support of those who remained. It is noticed the difficulty for the Haitian woman to obtain work and the obstacles that language presents for life in society. There are no public policies or specific services in the municipality that aim at care and insertion of the immigrant, but the discourse of the Haitians interviewed refers to Haiti as a place that does not offer minimum conditions of dignity to the human being. Thus, they see, in Brazil, a possibility of destiny, even if it is not approaching an ideal conjuncture.

**Keywords:** Haitian immigrants. Expectations. Experiences. Migratory movement. Work.

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.....	27
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.....	61
CPF – Cadastro de Pessoa Física.....	33
CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados.....	28
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.....	58
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	58
IGDE - Índice de Gestão Descentralizada do Estado.....	56
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.....	61
OIM – Organização.....	20
ONU – Organização das Nações Unidas.....	27
OXFAM – Comitê de Oxford de Combate à Fome.....	49
PEC – Proposta de Emenda Constitucional.....	51
PIB – Produto Interno Bruto.....	39
UNICAMP – Universidade de Campinas.....	60

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do terremoto.....	40
Figura 2: Números da indústria catarinense.....	59
Figura 3: Rota dos haitianos até o destino.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Motivos da emigração.....	44
Tabela 2: O Brasil como possibilidade.....	45
Tabela 3: Desemprego no Brasil.....	53
Tabela 4: Ranking geral IDGE.....	55
Tabela 5: O que mais marcou na viagem.....	66
Tabela 6: Expectativa em relação ao Brasil.....	67
Tabela 7: Atendimento das expectativas.....	68
Tabela 8: Caçador como destino.....	68
Tabela 9: Motivo da escolha do Brasil como destino.....	71
Tabela 10: Dificuldades no Brasil.....	78
Tabela 11: Acesso às políticas públicas.....	79
Tabela 12: Saudades e proventos para a família.....	81
Tabela 13: Sobre a felicidade.....	83

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1 A VIDA SOCIAL – MODELO DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL</b> .....	<b>19</b>
1.1 MOVIMENTO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO .....	19
1.2 MIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO .....	25
1.3 TRANSNACIONALIZAÇÃO .....	28
1.4 REFUGIADOS E ASILADOS .....	30
1.5 PANORAMA CONTEMPORÂNEO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E SUAS MOTIVAÇÕES.....	35
<b>2 MOVIMENTO MIGRATÓRIO HAITIANO</b> .....	<b>39</b>
2.1 DA INDEPENDÊNCIA – TERREMOTO DE 2010 – AO ANO DE 2017 .....	39
2.2 O BRASIL COMO POSSIBILIDADE .....	48
2.3 CONJUNTURA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA E O IMIGRANTE HAITIANO .....	51
2.4 CONJUNTURA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA ENCONTRADA PELO IMIGRANTE EM SANTA CATARINA .....	58
<b>3 HAITIANOS EM CAÇADOR: ANÁLISE SOCIAL DO COTIDIANO DO IMIGRANTE</b> 64	
3.1 EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS: DO HAITI À CAÇADOR – SC .....	65
3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	71
3.3 CIDADANIA E NÃO CIDADANIA: QUE TIPO DE CIDADANIA O BRASIL OFERECE AO IMIGRANTE HAITIANO (POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO) .....	73
3.4 ASPECTOS FAMILIARES: DESAGREGAÇÃO FAMILIAR E AFETIVA .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

Algo novo está de fato ocorrendo, o mundo está perdendo a concretude ou, como profetizou Marx (1848), “tudo que é sólido se desmancha no ar”. O mundo se encontra em um paradoxo, como cita Altamira (2006, p. 21), “geografias sem distâncias, história sem tempo, valor sem matéria, transações sem dinheiro”. Não há quem escape da globalização, processo inevitável; nem do trabalho transnacional, desterritorializado. Estes tempos contemporâneos revelam um novo cenário para a acumulação do capital.

Vive-se um modo de produção em que tudo tem preço, inclusive o tempo de vida, como revela Altamira (2006, p. 27), “Esse sistema opera efetivamente mediante um processo de reducionismo massivo que percebe e processa o mundo exclusivamente em função de fatores econômicos”. De outra maneira, o mundo vive a redução de tudo e de todos à mercantilização total.

Este mundo permeado pelas características de uma globalização neoliberal prioriza o individualismo em detrimento de uma sociedade coletiva.

Os deslocamentos humanos entre países têm aproximado os olhares acerca de como o capitalismo classifica o trabalho e o trabalhador no mundo. Um desses movimentos de migração é o movimento haitiano em direção ao Brasil, ocorrido especialmente entre os anos de 2010 e 2014 e acontecendo timidamente ainda, em 2018.

Diversas são as teorias que pretendem explicar movimentos de entrada e saída de pessoas de territórios ou que visam responder por que as pessoas migram.

Os movimentos humanos sempre permearam a civilização humana. Todavia, em tempos contemporâneos, tendem a configurar novas formatações sociais, sejam elas provocadas pela transformação cultural propícia dos movimentos migratórios, seja pela miscigenação de raças ou, ainda, por problemas de aceitação de novas culturas (incômodo que os imigrantes trazem) ou vulnerabilidades sociais apresentadas pelos imigrantes.

Dados da Organização das Nações Unidas – ONU – (United Nations, 2015) dão conta de que nunca, na história da humanidade, as pessoas migraram tanto. Diversos

fenômenos migratórios estão em efervescência, como por exemplo: a onda migratória síria para a Europa e outros continentes, a imigração haitiana para o Brasil e outros países e, mais recentemente, dos venezuelanos para o Brasil.

Desde janeiro de 2010, quando um terremoto de grandes proporções assolou o Haiti, deixando milhares de mortes e mais de um milhão de desabrigados, o país, que já vinha enfrentando condições muito precárias de subsistência, viu tudo ficar pior, desemprego, fome e falta de moradia contribuíram para a expulsão do país de uma quantidade expressiva de pessoas, especialmente as que possuíam algum dinheiro para pagar as despesas com a viagem.

O Brasil consistiu em uma porta aberta para uma vida melhor, já que passava uma imagem para o exterior, em 2010, de economia estável, oferta de trabalho (devido às construções para a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas), erradicação da pobreza e distribuição de renda por meio de programas sociais; colaborando com este cenário aparentemente convidativo, havia a facilidade de legalização do imigrante após a chegada ao território nacional. Desta forma, culminou um processo migratório que não ocorria com tanta intensidade para o Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. Esse fenômeno trouxe milhares de haitianos que se direcionaram para os estados brasileiros que possuíam mais oferta de trabalho.

O objeto de pesquisa da presente dissertação foram as expectativas e vivências do imigrante haitiano residente no município de Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Não há dados precisos quanto ao número exato de imigrantes que adentraram o solo brasileiro, alguns órgãos falam em 130 mil que chegaram via estado do Acre e Rondônia, porém as informações são muito desconhecidas. Igualmente sabe-se, de modo inconsistente, que aproximadamente dez mil haitianos vieram para Santa Catarina. Quanto ao município de Caçador, *lócus* desta pesquisa, é possível encontrá-los em quantidade considerável, nas vias públicas ou nas entradas e saídas de indústrias do município.

A complexidade da conjuntura de desigualdade social brasileira coadunada com a chegada do imigrante haitiano em 2010, os aspectos de sua vivência diária na



sociedade brasileira de 2018 e suas expectativas de vida como seres humanos desenharam as linhas desta pesquisa.

Esta dissertação descreve alguns dos aspectos deste processo migratório, bem como as motivações que levaram estes imigrantes a escolher o Brasil e, especificamente, Caçador. Em seus depoimentos, contam como foi a viagem até aqui, quais seus sonhos, se o Brasil respondeu a suas expectativas, quem e o que deixaram no Haiti, o que faz sentirem saudade de lá, como está ocorrendo sua inserção social sob aspectos como políticas públicas educacionais e de saúde, trabalho e receptividade dos brasileiros, entre outros dados que apareceram no decorrer das entrevistas semiestruturadas com o público-alvo.

Dessa maneira, os dados coletados com essa pesquisa resolvem parte do questionamento delineado para essa dissertação: quantos são aproximadamente os imigrantes haitianos no município de Caçador, Santa Catarina, Brasil; como ocorre sua inserção social (saúde, educação e trabalho) nos termos de suas expectativas e vivências?

Destaca-se que a primeira parte da pergunta-problema, que pretendia quantificar os imigrantes haitianos não foi respondida.

Justifica-se esta pesquisa pelo fato de que as questões migratórias têm se disposto recorrentemente na geografia mundial, apontando para inúmeras transformações no cenário social, econômico e cultural dos povos. O modo de produção capitalista apresenta novas características para a acumulação do capital, dentre elas a determinação da divisão internacional do trabalho, de outra forma desenha inclusive os deslocamentos humanos acerca dos atrativos econômicos.

Dessa maneira, demonstra-se a necessidade da pesquisa sobre esta temática, vistas suas implicações nos aspectos como demografia, impacto social, cultural e econômico, no sentido de uma compreensão acadêmica acerca do tema.

O fenômeno da imigração haitiana é pouco pesquisado em termos acadêmicos, no entanto, o fato social acontece e a intersecção cultural é inevitável. O tema provoca debates acalorados entre sociólogos, antropólogos e estudiosos de diversas áreas em torno das transformações sociais transcorridas por causa do fenômeno. Essa pesquisa apoia-se nas conceituações do geógrafo Milton Santos (2002, p. 150), que afirma que o

espaço é organizado socialmente e historicamente e necessita de reorganização constante, é a morada e o lugar de vida do ser humano.

A vinda destes imigrantes e a fixação de residência em Caçador, impacta diretamente na economia, na sociedade como um todo e em especial nas políticas públicas, no aspecto cultural e no trabalho. Pode-se considerar, portanto, que a pesquisa apresenta dados de maior consistência para o município.

A pesquisa pretende trazer elementos sobre o modo de pensar e agir do imigrante haitiano, bem como suas principais dificuldades de inserção social e suas vivências, especialmente as relacionadas ao exercício da cidadania.

Estes aspectos e dados contribuem para escrever um fragmento da história do município a partir da chegada deste novo grupo e sua “inclusão” na comunidade local.

O tema despertou curiosidade a partir do momento em que a pesquisadora entrou em contato com a etnia haitiana, haja vista seu trabalho como assistente social. Entende-se que um fenômeno de tanta intensidade e impacto na sociedade local não pode passar despercebido, pois, visivelmente, trouxe transformações sociais, culturais e econômicas para a comunidade em que se inserem.

O objetivo geral desta pesquisa é o de quantificar e descrever os imigrantes haitianos do município de Caçador, suas expectativas em relação ao Brasil, seus caminhos até chegar a Caçador, sua inserção social, seus sonhos, suas saudades e outros aspectos, confrontando a temática com a realidade social, política, econômica e cultural do Brasil.

Os dados da pesquisa foram apresentados em três capítulos assim estruturados: o primeiro é bibliográfico, intitulado A Vida Social: Modelo de Globalização Neoliberal.

O primeiro título do capítulo Movimento, Sociedade e Desenvolvimento expõe o pensamento de filósofos e sociólogos acerca de como o movimento influencia na vida social e nas transformações da sociedade. Apresenta também outras características necessárias ao desenvolvimento e conceitos acerca da terminologia sociedade. Entrelaçado ao debate está o modo de produção capitalista, o neoliberalismo, a globalização e seus desdobramentos na vida humana. O segundo título, Imigração, Migração e Emigração visa clarificar os conceitos acerca destas palavras, perpassando também por temas contemporâneos, dentre eles a transnacionalização, asilados e

refugiados. Consubstancialmente, revela um panorama migratório dos últimos oito anos no mundo.

O segundo capítulo, intitulado Movimento Migratório Haitiano, mescla dados bibliográficos acerca da história do Haiti, desde a chegada dos espanhóis, em 1472, até o terremoto de 2010, trazendo os dados coletados com a pesquisa de campo, apresentando o Brasil como possibilidade de destino do haitiano. Desmistificou-se, nesse capítulo, por meio de análise conjuntural, o mito do *el dorado* brasileiro, expondo o real momento (de 2010 a 2017) social e econômico do Brasil, Santa Catarina e Caçador.

O capítulo terceiro expôs dados da pesquisa de campo que revelam as vivências e expectativas do imigrante haitiano desde sua partida do Haiti até a chegada e estabelecimento no município de Caçador, Santa Catarina.

A pesquisa realizada teve caráter qualitativo e bibliográfico e seu *locus* de aplicação se deu aleatoriamente e por adesão nas moradias de imigrantes haitianos.

A referida pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, bem como os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo mesmo Comitê.

Foram entrevistados seis imigrantes, dentre eles três homens e três mulheres. O período de realização da pesquisa se deu de janeiro a março de 2018, os instrumentos para coleta de dados foram a entrevista semiestruturada com perguntas abertas e a observação.

A análise dos dados constitui-se da finalização da pesquisa de campo e construção concreta de novos saberes. Os dados foram organizados em tabelas e, posteriormente, analisados qualitativamente.

## 1 A VIDA SOCIAL – MODELO DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Esta abordagem bibliográfica inicia apontando no primeiro título aspectos como o movimento e o desenvolvimento na sociedade que se faz importante como subsídio para a pesquisa de campo com o imigrante haitiano.

O capítulo visa esclarecer conceitos em torno das palavras Migração, Imigração e Emigração trazendo a percepção de diversas teorias explicativas para as motivações da migração. Para tal recorre-se à bibliografia de vários autores, objetivando clarificar estas categorias, as quais são fenômenos cotidianos de uma sociedade em constante movimento. Percorrem-se aspectos dos movimentos migratórios contemporâneos como a transnacionalização, os asilados e refugiados, ainda abordando os principais fluxos de migração que ocorrem atualmente no mundo.

Compreender estes fenômenos que intercorrem a sociedade global e suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais se faz basilar para uma futura cidadania universal.

### 1.1 MOVIMENTO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

O imigrante haitiano é produzido socialmente em um contexto local, brasileiro e mundial a ser abordado inicialmente. Grande parte da sociedade mundial hoje, tem como sistema político o neoliberalismo<sup>1</sup> e como modo de produção o capitalismo. Em termos gerais as sociedades capitalistas sofrem a ação da globalização<sup>2</sup>. Este cenário é permeado por movimentações humanas de proporções nunca experimentadas.

Esse movimento traz consigo as vidas e os sonhos dessas pessoas.

---

<sup>1</sup> Neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Os autores neoliberalistas afirmam que o estado é o principal responsável por anomalias no funcionamento do mercado livre, porque o seu grande tamanho e atividade constroem os agentes econômicos privados. <https://www.significados.com.br/neoliberalismo/>

<sup>2</sup> Milton Santos nota que a globalização é o estágio supremo da internacionalização e que o processo de intercâmbio entre países, o qual marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos XVII E XVIII, expandiu com a industrialização, ganhando novas bases com a grande indústria nos fins do século XIX, e que agora adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições, tornando-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural. (2002, p. 78).

A população de qualquer país, hoje, é uma coleção das diásporas. Qualquer cidade de dimensões consideráveis é agora um agregado de enclaves étnicos, religiosos e de estilo de vida, cuja linha divisória entre *insiders* e *outsiders* se torna uma questão ferrenhamente discutida ao passo que, o direito de traçar esta linha de mantê-la intacta e torna-la inexpugnável se transformou no principal elemento de disputa nos conflitos sobre as influências e nas batalhas sobre o reconhecimento que a eles se seguem. A maioria dos estados deixou sua fase de construção, de modos que não está mais interessada em assimilar os estranhos que chegam (obrigando-os a sair e perder por confisco, sua identidade própria, diferente, e se dissolver na massa uniforme dos autóctones); assim os arranjos da vida contemporânea são susceptíveis a se manter proteus e caleidoscópicos e é provável que os fios com os quais a experiência de vida é tecida se mantenham por longo tempo variados, matizados (BAUMAN, 2011, p.15).

Bauman (2011, p.15) destaca acerca da sociedade contemporânea e dos comportamentos dos seres humanos que integram essa grande teia de relações e conexões, “que as verdades mudam da noite para o dia tamanha a velocidade de nossos tempos”, refere-se a um mundo líquido, efêmero. Para ele o mundo está em constante movimento, de informações, de “verdades”, de tecnologia, de seres humanos, no aspecto político, econômico, social, cultural, ou seja, em todos as expressões provocados pelo humano. O movimento ao qual nos referimos é um movimento que Bauman denominou como enervante.

No mesmo sentido, parafraseando Santos (1990, p.04), Heráclito de Éfeso (c.544-489a.C) propõe um mundo em constante mobilidade, para ele a guerra é a origem de tudo: o conflito de forças contrárias seria o estado natural do mundo. Essas forças, atuando em sentidos opostos, criam uma tensão que as mantém unidas. É como se elas formassem as pontas de uma corda presa aos dois extremos de um arco – tensionadas, elas produzem, juntas e por oposição uma à outra, o equilíbrio do mundo. A harmonia, portanto, nasce da tensão criada pela oposição dos contrários.

Ainda conforme Santos,

Essa tensão, além de criar a unidade do mundo, é responsável por sua transformação. O mundo está em constante mutação: flui como as águas de um rio, em movimento eterno, sem ter sido criado por deuses ou por homens. O mundo não é somente o real, as supostas coisas imóveis e fixas, os acontecimentos já determinados; o mundo é também o possível e essa possibilidade está presente no jogo dos opostos. A esse entendimento, afirma Heráclito, chega-se não pelos sentidos ou pelas opiniões, mas pela razão. Ele mostra que “tudo é um” – e que esse “um” muda continuamente (1990, p. 04).

“Tu não podes tomar banho duas vezes no mesmo rio, pois aquelas águas já terão passado e também tu já não serás mais o mesmo”, escreveu Heráclito. O homem de

ontem não é o mesmo homem nem o rio de ontem é o mesmo de hoje isso nos faz imediatamente pensar que na vida tudo pode mudar, para Heráclito “tudo flui”, ou ainda “tudo passa” (em grego “Panta rei”). A única coisa que não poderia mudar era o próprio movimento, por isso a possibilidade da mudança (ou Devir) seria de fato a sua única certeza e a força que rege o universo.

Compreende-se desta forma que o movimento produz conhecimento, é por meio dele que as sociedades e as pessoas evoluem/regridem, mudam.

Quando colocamos a sociedade como o cerne desta discussão aliada aos elementos movimento e desenvolvimento entendemos estes temas relevantes e congruentes para o debate acerca da imigração.

Partindo do senso comum, sociedade é a convivência entre dois indivíduos ou mais, sociedade presume convivência coletiva. Teoricamente explicitaremos brevemente o pensamento de três sociólogos acerca do tema: Durkheim, Weber e Marx.

Para Durkheim a sociedade é determinada por fatos sociais, onde o ser humano é coagido a seguir regras exteriores e interiores que o controlam na relação com os outros, ou seja, a sociedade vai se produzindo e existindo a partir dos fatos sociais. Estes seriam o conjunto de normas coercitivas adquiridas interiormente ou exteriormente desde o nascimento que irão nortear o comportamento humano. O fato social tem três particularidades conforme Durkheim: coercitividade, generalidade e exterioridade (CAMARGO, 2018).

A coercitividade refere-se às sanções legais ou espontâneas, “(...) ou seja, é a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, os levando a se conformar às regras da sociedade em que vivem” (CAMARGO, 2018, p. 01). A generalidade, que é um fato que se repete ou se aplica a todos os indivíduos, manifestando uma coletividade. Por exemplo: todos os indivíduos moram em uma casa. Finalmente a exterioridade: os fatos, os costumes, as normas de conduta, são anteriores à existência do indivíduo e as mesmas precisam ser adotadas para que haja aceitação social, sem importar a sua subjetividade.

Socialmente, é como se existissem dois de nós em nós: “ser individual”, referente apenas a nossa pessoa e “ser social” que é o conjunto de crenças, de hábitos, de valores; o indivíduo faz parte da sociedade e uma parte da sociedade faz parte dele. A sociedade só existe em sua plenitude em conjunto (FERNANDES, 2008, p.3).

Max Weber (1974) concebia a sociedade como um sistema de poder e a ação social como o comportamento externo do indivíduo que compõe esta sociedade. Para Weber as relações de poder estariam presentes desde a relação de classes até dentro da própria família, este poder possui várias vertentes como riqueza, prestígio, tradição, carisma, conhecimento. Conforme Weber: "Poder é toda chance, seja ela qual for, de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a relutância dos outros" (CAMARGO, 2018, p. 01).

Já para Karl Marx a sociedade é formada por dois elementos: os indivíduos e o trabalho, os indivíduos estariam divididos em duas classes sociais, burguesia e proletariado. Marx entendia que o trabalho é que movimenta a sociedade, porque o trabalho possui uma dimensão social, primeiramente por ele ser o "resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade", e seguidamente, por ele ser o "novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro", assim o ser humano se organizou para produzir as coisas, por meio do trabalho (CAMARGO, 2018, p. 01).

A sociedade mundial perpassou por vários modos de produção das coisas. Nos anos de 2017 e 2018, tempo em que acontece esta pesquisa, o modo de produção vigente é o capitalismo. E como a vida humana (especialmente do imigrante haitiano) se dispõe neste modo de produção enredado pelo neoliberalismo e a globalização?

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agilizam os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos (IANNI, 2002, p.19).

O princípio da globalização seria diluir as fronteiras dos países com o propósito maior do desenvolvimento em comum a todos os povos. Todavia o que a globalização aliada ao neoliberalismo traz são elementos que dissonam dessa ideologia. O que se percebe nesse contexto são as seletividades, competições, desigualdades e exclusão social. (Anderson, 1995) considera que "de fato o Estado neoliberal se define, entre outras premissas, pela disciplina orçamentária, o que significa dizer que há a

recomendação clara em se reduzir os gastos com o bem-estar social". Fica evidente que os interesses desses dois sistemas é atender as necessidades dos mercados.

Nas sociedades, especialmente na capitalista, existem grupos sociais mais desenvolvidos do que outros. Dentro de uma cidade, por exemplo vamos ter áreas mais desenvolvidas e áreas menos desenvolvidas, assim como mundialmente pode se observar. Mas o que diferencia uma sociedade desenvolvida de outra menos desenvolvida?

Quanto ao desenvolvimento em uma sociedade concordamos com estudos realizados em 2016 (Caderno de Indicadores / Diretoria de Planejamento Orçamentário) no estado de Santa Catarina onde foram elencados cinco pilares para observar-se quando se fala de desenvolvimento: governo e instituições, capital humano, desenvolvimento econômico, infraestrutura e capital ambiental.

Condizendo com o Caderno de Indicadores:

O pilar "Governo e instituições" é composto de fatores que dimensionam a capacidade dos governos estadual e municipal de exercerem seus papéis na prestação de serviços à população (recursos, despesas, investimento, segurança, presença do estado) e de incentivar o desenvolvimento sustentável regional (CADERNO DE INDICADORES, 2016, p. 13).

O capital humano estaria relacionado com toda a gama de oportunidades que resultam em possibilidades de desenvolvimento humano, como Educação Básica, Saúde, Educação Superior, Sustentabilidade Social e o Mercado de Trabalho.

Conforme o Caderno de Indicadores (2016, p.14):

[...]existe uma correlação entre o nível de educação da população e o grau de desenvolvimento da região. Uma Educação Básica adequada em termos de cobertura e qualidade é uma condição necessária para que as pessoas aumentem sua produtividade no trabalho ou adquiram capacidade para desenvolver trabalhos mais complexos.

Para os pesquisadores do Caderno de indicadores a oferta de ensino superior rebate intimamente nos níveis de desenvolvimento de uma sociedade.

As universidades através das suas funções fundamentais, ensino, pesquisa e extensão, exercem inúmeros efeitos sobre a região onde estão inseridas e nos seus entornos. Esses efeitos se fazem sentir, por exemplo, através da geração de capital humano por meio do ensino, da difusão do conhecimento por meio das pesquisas e da prestação de serviços realizados à sociedade por meio da extensão (CADERNO DE INDICADORES, 2016, p. 14).



A qualidade e abrangência dos serviços de saúde também são condições necessárias para que uma região ou país alcance melhor qualidade de vida de sua população.

Outro fator abordado como somatório no capital humano é a sustentabilidade social, essa se refere, segundo o Caderno de Indicadores, “a um conjunto de ações para melhorar a qualidade de vida da população”. O objetivo destas ações seriam de minorar as desigualdades sociais, ampliar os direitos e garantir acesso aos serviços públicos, “as ações sustentáveis socialmente não são apenas para as pessoas menos favorecidas, já que quando efetivamente colocadas em prática possuem a capacidade de melhorar a qualidade de vida de toda a população”.

A produtividade de uma sociedade está ligada com “uma alocação adequada dos fatores de produção (capital físico, humano, financeiro, tecnológico, etc.) entre as diferentes atividades econômicas, o que é conseguido através do mercado (interação oferta e demanda).” Portanto conforme descrito acima no Caderno de Indicadores o mercado de trabalho precisa estar equilibrado dentro do modo de produção capitalista, só assim contribuirá para o desenvolvimento.

Outro pilar para o desenvolvimento da sociedade é o econômico conforme o mesmo caderno, aqui são consideradas a utilização e otimização das forças que impactam no equilíbrio do desenvolvimento econômico. Essa acepção está conectada com a capacidade dessa sociedade em alcançar um crescimento sustentável, o nível de integração global e a sua capacidade de gerar emprego.

Quanto ao pilar da infraestrutura infere-se, segundo o Caderno de Indicadores (2016, p.15):

[...] os efeitos da infraestrutura repercutem na criação de emprego, na melhoria da competitividade e na qualidade de vida dos seus cidadãos. A Infraestrutura é a intervenção primária do ser humano no território para acessar e ativar o seu potencial para o desenvolvimento. A infraestrutura de uma região está intimamente ligada ao seu grau de desenvolvimento e constitui, em caso de atraso, uma severa restrição da possibilidade de alcançar avanços no bem-estar material de sua população. Aqui são consideradas 3 áreas: infraestrutura rodoviária, energia elétrica e as tecnologias de informação e comunicação disponíveis (telefonia e internet).

O capital ambiental refere-se ao conjunto de recursos naturais que a sociedade dispõe em seu espaço geográfico e que podem ser utilizados como ajudantes do desenvolvimento de uma sociedade. Todavia o capital ambiental em uma sociedade

desenvolvida está ancorado na sustentabilidade ambiental. Entende-se por sustentabilidade ambiental:

A sustentabilidade ambiental trata da preservação do meio ambiente mantendo a qualidade de vida e a sua harmonia com as pessoas. Trata-se de manter a biodiversidade, a qualidade das águas, a separação e destinação de resíduos sólidos e a prevenção de desastres ecológicos. O conceito de sustentabilidade enfoca o longo prazo, tratando de encontrar uma forma de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações de suprir as suas próprias necessidades. O desafio da humanidade é preservar seu padrão de vida e manter o desenvolvimento tecnológico sem exaurir os recursos naturais do planeta (CADERNO DE INDICADORES, 2016, p.16).

Conectando os conceitos de movimento, sociedade e desenvolvimento percebe-se que a tríade é inseparável pois o movimento é inevitável na sociedade globalizada e é qualidade para o desenvolvimento. As movimentações humanas, expectativas e vivências na sociedade de origem e destino serão debatidas a partir das conceituações do próximo título.

## 1.2 MIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO

Os caminhos desta pesquisa delinearão sobre os aspectos da imigração, migração e emigração, movimentos humanos de vidas e sonhos. Estes substantivos são categorias que necessitam de conceituação para sua diferenciação e melhor entendimento. Do ponto de vista geográfico, e de modo simplista, pode-se inferir estas três categorias da seguinte maneira:

Migração é o movimento de entrada ou saída de indivíduos em países diferentes ou dentro de um mesmo país (de um estado para o outro, de uma cidade para a outra) (RELATÓRIO OIM, p.38)

Imigração é a entrada de estrangeiros em um país; estabelecimento de indivíduos em cidade, estado ou região do próprio país, que não é de sua origem ou país que também não é de sua origem (RELATÓRIO OIM, p.32)

Emigração é a saída espontânea de um país; movimentação de uma para outra região dentro de um mesmo país; sair de um país ou lugar onde se vive para viver em outro, provisória ou definitivamente (RELATÓRIO OIM, p.23)

Todavia, estas categorias têm suas particularidades. Na questão migração, por exemplo, refere-se a qualquer movimento humano, seja de entrada ou de saída de lugares, sejam eles internamente, em um país; ou externamente, de um país para outro.

Segundo Becker (1997, p. 195), “a migração pode ser definida como a mobilidade espacial da população”.

Para Max Weber (2015, p. 47), sociólogo entre o século XIX e XX, período da efervescência industrial no mundo ocidental, a migração era consequência do capitalismo<sup>3</sup> e da industrialização, era um fato incidental que criava novas classes sociais e grupos étnicos.

O modo de produção capitalista define a divisão internacional do trabalho nos países. Conforme teóricos marxianos, como Paul Singer, o fenômeno da migração possui uma “força” de expulsão e de atração de um espaço para outro. Essa ideia concorda com Santos (1988, p. 122) que afirma que “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. Esses dois autores confirmam as ideias de Heráclito descritas no título anterior e fortalecem a opinião de uma sociedade em constante movimento, este provocado pela tensão de forças opostas.

O pensamento de expulsão e atração se coaduna com as teorias marxianas<sup>4</sup>, que afirmam que esta “força” de expulsão e de atração seria provocada pelo modo de produção capitalista, que “expulsa” as pessoas de seus lugares de origem em que sua mão de obra é pouco remunerada para espaços de “atração”, ou seja, de melhor remuneração por sua força de trabalho, ou de maior oferta de trabalho. De outra forma, ficam evidentes as regras capitalistas de mercado da compra e venda da mão-de-obra ou a mão-de-obra humana entendida como mercadoria.

Referente a esta temática, vale ressaltar o que afirma Kurz (2011, p. 25):

---

<sup>3</sup> Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. Tem como princípio organizador a relação trabalho assalariado-capital e como contradição básica a relação produção social-apropriação privada. (Libâneo 2003, p.71)

<sup>4</sup> A Teoria do Materialismo Histórico e Dialético de Marx, baseia-se na construção da sociedade como resultado das ações do próprio homem. Nesta teoria sempre haverá exploração do homem sobre o homem em qualquer modo de produção que seja desenvolvido para a organização da sociedade. Em sua teoria o que somos e como nos organizamos é resultado da história que nós mesmos construímos, parte da premissa de que somos resultado da concretude, da materialidade. Em tempo destacar que sua teoria se fundamenta nos conceitos de infraestrutura e superestrutura para explicar a organização da sociedade, entendendo como infraestrutura as relações de produção e as forças e como superestrutura as instituições sociais.

É preciso deixar de dar explicações do tipo “o ser humano sempre fez guerras e sempre migrou”. Isto não ajuda a compreender este fenômeno que é inédito e nunca ocorreu em tão alta escala como agora. A migração não é nada novo na história da modernização, mas, sim, há um erro na avaliação ao dizer que as pessoas migram livremente em busca de melhores condições. É um processo coativo. Os pobres são livres para vender sua mão de obra, porém fazem isto porque não têm condições para controlar sua existência. A transformação da sociedade capitalista numa situação mundial produziu uma sociedade de exclusão. O ser humano participa de um sistema no qual vende abstratamente sua mão de obra e integra uma engrenagem (montada) para produzir acumulação infinita de capital.

A afirmação de Kurz faz concluir que a migração ocorre diante de uma conjuntura de desigualdade social, política, econômica entre as regiões. Por exemplo, lugares onde a mão de obra é insuficiente ou com remuneração mais elevada tendem a ser mais procurados pelos migrantes. Assim, Salt (1987, p. 70) concorda com Kurz, afirmando que “as migrações surgem como uma resposta à diversidade espacial em termos de desigualdade do desenvolvimento econômico”.

Nessa direção, ainda concorda Cotinguiba (2014, p. 52) ao afirmar que “o trabalho é, a seu tempo, o dinamizador do processo migratório e, ao mesmo tempo, aquilo que cessa esse processo”.

A força de expulsão e atração pode ser facilitada com objetivos que os migrantes têm como a busca de melhores condições de vida por meio de trabalho com remuneração maior, enriquecimento, reunião familiar, o próprio fenômeno facilitador da globalização e dos avanços tecnológicos. Esses últimos encurtaram as distâncias e facilitaram a entrada de pessoas em diversos países.

Conforme as teorias neoclássicas acerca das migrações, há concordância em partes com as teorias de expulsão e atração, que afirmam que o migrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória; e é isso que influencia e determina a sua decisão, sendo que a migração é entendida, aqui, como simples somatória de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda (HARRIS; TODARO, 1970, p. 126).

Contraopondo os neoclássicos, os chamados “novos economistas” asseguram que:

[...] a unidade de análise não seria o indivíduo autônomo, mas, sim, as famílias, domicílios ou outras unidades de produção e consumo culturalmente definidas; o diferencial de renda não é uma condição necessária para ocorrer a migração internacional, uma vez que podem contar com incentivos para diversificar os riscos através das redes sociais; a migração internacional, emprego e produção local não são mutuamente possibilidades exclusivas; as políticas governamentais ocasionam mudanças econômicas que afetam a distribuição de renda, podendo

influenciar a migração internacional independente de seus efeitos sobre a renda (SASAKI; ASSIS *apud* MAYER, 2000, p. 7).

De outra forma, conforme os novos economistas, políticas governamentais fomentariam os processos migratórios. Ressalta-se que estes processos migratórios levam consigo uma série de implicações sociais subjetivas, como a fragmentação familiar e os desafios de estabelecer vínculos identitários com o local de destino, bem como as dificuldades de inserção social.

Contemporaneamente a migração tem sido entendida por geógrafos e sociólogos como transnacionalização e os migrantes como transmigrantes. Dada a importância de compreensão desses termos, segue-se a elucidação sobre os mesmos, iniciando por transnacionalização.

### 1.3 TRANSNACIONALIZAÇÃO

Para conceituar os novos fluxos migratórios, Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992, p. 98) sugerem a adoção da transnacionalização como um novo campo analítico para compreensão da migração. Esse conceito foi formulado a partir de pesquisas com vários grupos de migrantes para os EUA: caribenhos, haitianos e filipinos. Ou seja, os migrantes atuais em muito se diferenciam do migrante colonizador da América Latina do século XV e XVI ou dos movimentos migratórios pós-Segunda Guerra Mundial. Essa diferença se deve, especialmente, porque a ruptura com o país de origem, na maioria das vezes, era iminente. Assim, normalmente, a migração ocorria de modo permanente.

A principal diferença em relação à migração contemporânea se refere à facilidade de comunicação, com os grandes avanços tecnológicos propiciados especialmente com o advento da internet. Outro ponto significativo diz respeito à rapidez e ao barateamento da mobilidade entre um país e outro. Ambos os fatores facilitaram a compressão da distância entre o migrante e seu país e família de origem. De outro modo, há a vivência desta pessoa em dois mundos distintos: o de origem e o de destino.

Transmigrante é o termo utilizado para descrever o migrante que vive em países estrangeiros, mas mantém algum tipo de relação com seu país de origem. O transmigrante geralmente não tem residência fixa nos países onde vive, porque ele tem planos de, um dia, voltar para o seu país de origem. Outra importante característica desse tipo de migrante é a situação de ascendência social construída na sociedade estrangeira. Essas pessoas estão em constante movimentação entre diferentes países e diferentes culturas, com o propósito de melhorar sua situação econômica e profissional. Dessa forma o transmigrante

constrói um tipo de espaço social no qual põe em correspondência elementos da cultura original e elementos da cultura adotiva. A partir daí redefine suas identidades de acordo com os diferentes traços culturais com os quais mantém contato. Apesar da similaridade com os migrantes diáspora, os transmigrantes distinguem-se pelo caráter socioeconômico e situação pessoal-familiar da dinâmica migratória. Enquanto o migrante diáspora mantém a distinção para com outras pessoas de regiões estrangeiras, vivendo em grupos fechados, o transmigrante constrói espaços sociais e expande suas relações socioculturais através de práticas interacionais e das trocas simbólicas (SANTOS, 2010, p. 611).

Conforme Jones (1992, p. 77), se os estudos sobre processos migratórios categorizam os migrantes como temporários ou permanentes, não contemplam a complexidade dos fluxos contemporâneos. O autor também procura resumir características dos migrantes transnacionais: os migrantes mantêm ligações com a família na sua terra natal; não estabelecem residência permanente na sociedade hospedeira, as pessoas retornam para viver em seus países em algum momento de suas vidas; estão em mobilidade social ascendente.

Portanto, convencionou-se o termo transmigrante, que passou a ser usado para definir o tipo de migrante presente nos processos contemporâneos de migração que “organiza e cria múltiplas e ‘fluídas’ identidades, baseadas em sua sociedade de origem e nas sociedades adotivas” (IANNI, 1996, p. 3, grifos do autor).

Para Bauman (2003, p. 90-93), os migrantes consistem no que ele denomina “resíduo humano” ou “lixo humano”, são grupos de seres humanos que vagam pelo mundo, desprovidos de meios de subsistência em seus lugares de origem. Para o autor, a produção deste resíduo humano é consequência previsível do consumismo e da globalização. Segundo sua análise, a sociedade capitalista outrora dispensava os resíduos humanos para as terras sem donos, desocupadas, todavia, na contemporaneidade, não há terras vazias; fato é que há um grupo de inúteis em sua sociedade de origem e este grupo migra.

Ainda Bauman (2003) referencia o exército de mão de obra de reserva que seria o refugo que não migra, mas que permanece sem utilidade com a possibilidade de reciclagem e sequente inclusão.

Outra categoria de pesquisadores neoclássicos condiciona as migrações transnacionais às redes sociais, ou seja, as pessoas migram para locais onde já possuam algum contato de conhecidos ou parentes, indicando desta maneira os fluxos migratórios.

De outro modo, conclui-se que o fenômeno da transmigração é dotado de inúmeras complexidades e que as teorias jacentes não dão conta de explicá-lo de modo completo.

Dentro da categoria migração, existem ainda as subcategorias, assim denominadas: imigrantes, refugiados, asilados. Categorias que serão definidas na sequência desse trabalho.

#### 1.4 REFUGIADOS E ASILADOS

Nas definições de imigração, explicitam-se essencialidades a serem exploradas, observando que o termo imigrante refere-se à pessoa que não pertence àquele país ou região, ou seja, chegou de outro lugar; todavia a questão do deslocamento implica questões muito mais amplas:

[...] a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico [...] mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (SAYAD, 1998, p. 15).

Assim, há que se ressaltar que o espaço vivido<sup>5</sup>, (SANTOS, 1988) deixado quando do deslocamento, é o espaço de identidade do ser humano, o novo espaço de ocupação precisará ser construído subjetivamente, presumindo que, em algum momento, o imigrante se sinta pertencente a ele. Esse processo implica questões econômicas, sociais, políticas e culturais veladas na relação nativo X estrangeiro e na tradução identitária deste imigrante para a sociedade de origem.

A identidade étnica de um grupo migratório vai se traduzindo em meio a outras etnias. Em seu livro, Baade (2014, p. 54) cita Henning Luther, que se dispõe a definir o movimento identitário: a identidade é, ao mesmo tempo, um fragmento do passado e do futuro. Como fragmento do passado, a identidade é um pedaço daquilo que viveu e experimentou. O imigrante não é mais a mesma pessoa que abandonou sua terra natal e se embrenhou num novo lugar, ele é apenas uma parte daquilo que ele foi outrora. Mas

---

<sup>5</sup> Espaço vivido é a expressão usada pelo geógrafo Milton Santos (1988) para designar o território ocupado. Parafrazeando o autor, o espaço é o lugar de vida e trabalho do homem, este é organizado pelo homem que vive em sociedade. E cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. O espaço estaria ligado às transformações sociais feitas pelo homem, há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo.

também não é algo completamente diferente. Ele traz na trajetória de sua vida aquilo que foi.

Culminando com as questões identitárias do imigrante entre sua sociedade de origem e destino, há o trabalho. Compartilhando do pensamento de Marx, verifica-se que a questão do trabalho, historicamente, tem movimentado populações, especialmente porque o trabalho é entendido pelo capitalismo como mercadoria.

A história da imigração se vincula à expansão do capitalismo com circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, é importante destacar que esse excedente populacional corresponde às necessidades geradas tanto na área de origem como na área de destino, compondo um movimento transnacional, que acompanha o capital e a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional (BAENINGER, 2016, p. 19).

Para Marx (1982), a tese é simples: a concentração de capital se fez acompanhar da concentração humana. Marx afirma que uma "superpopulação relativa" é condição necessária da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Sobre a formação das cidades, vê-se, de resto, que elas se formam por via da imigração, o que só é possível na medida em que a fusão dos segmentos sociais esteja avançada" (DURKHEIM, 1977, p.38). Com efeito, as cidades não se formam por uma espécie de crescimento espontâneo, mas sim pela imigração.

Analisando outros elementos da questão imigratória, observa-se que, nas legislações internacionais, não há acordos multilaterais entre os países no sentido de regularizá-la, pois esta é consequência previsível da globalização e do modo de produção capitalista.

O que se considera de fato é que existe uma lacuna nas legislações internacionais quanto a questão dos imigrantes e seus direitos como estrangeiros, fato que possibilita, por exemplo, o tráfico de pessoas, a imigração ilegal, a exploração indiscriminada da força de trabalho. Ou seja, está-se longe de uma cidadania universal e do entendimento de que todos são humanos e pertencentes a um único planeta: a Terra.

Ainda no âmbito da migração, há a subcategoria refugiados, para Cunha (2007), "o refugiado é, antes de tudo, uma vítima da violação de seus direitos humanos". A subcategoria refugiados excetua-se à regra motivadora para a imigração da busca pela venda de mão de obra e possível melhora na qualidade de vida, mas sim trata-se de questão de sobrevivência.



Quando a vida de uma pessoa está em risco por questões de guerras, catástrofes ambientais, conflitos políticos, étnicos ou religiosos ou violação grave de direitos humanos e esta pessoa se vê obrigada a deixar seu país de origem para garantir sua integridade física, sua liberdade, entende-se este imigrante na subcategoria refugiado. O refugiado busca proteção em outro Estado, conforme Jubilut (2007, p. 60):

A proteção internacional dos refugiados se opera mediante uma estrutura de direitos individuais e responsabilidade estatal que deriva da mesma base filosófica que a proteção internacional dos direitos humanos. O Direito Internacional dos Direitos Humanos é a fonte dos princípios de proteção dos refugiados e ao mesmo tempo complementa tal proteção.

A questão dos refugiados ganhou tónus a partir da Segunda Guerra Mundial e todo o contexto higienista de perseguições étnicas<sup>6</sup> vivenciado naquele momento em que houve movimentações humanas de cerca de 40 milhões de pessoas (HOBSBAWM, 1995, p.149). Esse fato tomou proporções de debate em torno dos direitos humanos na Organização das Nações Unidas – ONU, culminando, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em 1951, a ONU criou uma agência para proteger os refugiados e também para encontrar soluções para a questão, o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Neste mesmo ínterim, ainda foi comemorada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, que definiu como refugiado aquele que:

[...] receando com razão ser perseguida em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queria voltar (ACNUR, 1996, p. 61).

Quanto ao Brasil, destaca-se que é parte da Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951<sup>7</sup> e do Protocolo de 1967 – além de integrar o Comitê

<sup>6</sup> No contexto da Segunda Guerra Mundial, sob o jugo do ditador alemão Adolf Hitler, ocorreu uma “limpeza étnica”, onde aproximadamente seis milhões de judeus foram sumariamente dizimados nos campos de concentração. Ademais, milhares fugiram para outros países para salvar-se, além dos judeus outras etnias migraram conforme o exército alemão avançava (HOBSBAWM, 1995, p.149).

<sup>7</sup> Conforme dados da ANCUR (2017), seguindo decisão da Assembleia Geral de 1950 (Resolução n. 429 V), foi convocada em Genebra, em 1951, uma Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas para redigir uma Convenção regulatória do status legal dos refugiados. Como resultado, a [Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados](#) foi adotada em 28 de julho de 1951, entrando em vigor em 22 de abril de 1954. A Convenção consolida prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e fornece a mais abrangente codificação dos direitos dos refugiados a nível internacional. Ela estabelece padrões básicos para

Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ANCUR, desde 1958. Ainda tem suas prerrogativas decisórias acerca da concessão de refúgio, a Lei 9.474, de 1997<sup>8</sup>. A Declaração de Cartagena, de 1984,<sup>9</sup> também subsidia juridicamente em função do assunto para os países latino-americanos.

Em tempo, vale ressaltar que a situação de refúgio deve ser solicitada ao órgão competente de cada país que deliberará pela concessão de refúgio amparado em suas legislações e acordos internacionais, no caso do Brasil é o CONARE,<sup>10</sup> sendo assim uma decisão de caráter humanitário.

Por vezes, diante de fluxo grande de pessoas refugiadas, os órgãos competentes podem declarar refúgio para determinada nacionalidade, a exemplo dos sírios<sup>11</sup>, que têm esta prerrogativa em relação à Alemanha (limitado ao número de 800 mil pessoas, para este país)<sup>12</sup>.

Conforme a ANCUR (2016, p. 1) a condição de refugiado presume, temporariedade, igualmente quando a situação que justificou o refúgio cessar, o

---

o tratamento de refugiados – sem, no entanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento. Inicialmente a Convenção tratava apenas dos refugiados da Segunda Guerra Mundial, mas em 1967 foi criado um protocolo que eliminava barreiras geográficas, estendendo o Estatuto para qualquer refugiado.

<sup>8</sup> Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

<sup>9</sup> A Declaração de Cartagena é um instrumento regional não vinculante elaborado naquela cidade em 1984 e que tem como foco a proteção e os desafios humanitários enfrentados por refugiados. Ela é conhecida por expandir a definição de refugiado estabelecida pela Convenção de 1951 e já foi confirmada pela ONU, OEA e adotada pela legislação nacional de 14 países. Durante três décadas, a Declaração tem provado ser um instrumento altamente efetivo nas respostas aos diferentes desafios por seu caráter flexível, pragmático e inovador. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/a-declaracao-de-cartagena-e-a-protecao-aos-refugiados> João Paulo caldeira. Acesso em: 12 de dezembro de 2107.

<sup>10</sup> Comitê Nacional para Refugiados.

<sup>9</sup> A contenda se dá em virtude de o grupo extremista muçulmano denominado Estado Islâmico não se ver representado pelo governo de Bashar al-Assad e passou a realizar uma luta armada contra a própria população e contra o governo, tomando cidades e matando milhares e expulsando outros milhares. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cinco milhões de sírios deixaram sua terra natal e hoje vivem em países como Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia. Parte deles conseguiu cruzar as fronteiras com a Europa. Somente no território sírio, mais de 13 milhões de pessoas precisam de assistência emergencial, segundo a ACNUR. Já a Anistia Internacional, que produz frequentes relatórios denunciando crimes contra a humanidade, cometidos por todos os lados do conflito, aponta outro dado alarmante. Com base no enviado da Organização das Nações Unidas para a Síria, a entidade revela que o número de mortos já passou de 400 mil desde o começo do conflito. Disponível em: <https://g1.globo.com/.../forcas-sirias-tomam-bairros-de-mayadin-reduto-do-ei.ghtml>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

<sup>12</sup> Entende-se, neste cenário, que a Alemanha vê neste imigrante sírio mão de obra qualificada para suas indústrias e serviços, pois fala-se de uma classe média síria de refugiados, além desta vantagem, a Alemanha vê uma possibilidade de rejuvenescimento populacional já que as taxas de natalidade estão em larga desvantagem com as de envelhecimento. Disponível em: <https://g1.globo.com/.../forcas-sirias-tomam-bairros-de-mayadin-reduto-do-ei.ghtml>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

refugiado retorna a sua pátria. Contudo, o repatriamento pode ocorrer, se por desejo do refugiado este quiser retornar mesmo não tendo sido restabelecidas as condições de paz ou proteção necessárias ao retorno. Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro:

A política brasileira para o acolhimento de refugiados avançou significativamente nas últimas duas décadas, especialmente após a promulgação do Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997). Essa lei instituiu as normas aplicáveis aos refugiados e aos solicitantes de refúgio no Brasil e criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) – órgão responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados. A lei brasileira é reconhecida como uma das mais avançadas sobre o assunto, tendo servido de modelo para países da região. O CONARE é presidido pelo Ministério da Justiça e integrado pelo Itamaraty (que exerce a Vice-Presidência) (ANCUR, 2016, p. 1).

Em 2016, 193 países assinaram a Convenção de Nova York, comprometendo-se em proteger e encontrar soluções para os refugiados, entre os objetivos deste acordo estão: aumentar os investimentos em comunidades que acolhem refugiados, fomentar a inclusão social dos refugiados, oportunidades de trabalho e educação, comprometimento com o contínuo reassentamento.

A condição de asilo – outra subcategoria da imigração – é estritamente política, refere-se a uma decisão reservada ao presidente da república. Normalmente sua solicitação se dá em função de perseguições políticas. O asilo pode abranger a estada do asilado no território do país ou em embaixadas em outros países. A exemplo, o americano Edward Snowden, que trabalhava no serviço secreto americano e divulgou dados de espionagem em redes sociais, solicitou asilo ao governo russo por temer por sua vida. Assim, foi concedido o asilo pelo presidente Vladimir Putin. Snowden permanece asilado, residindo em local ignorado em território russo.

A categoria emigração, conforme já descrita, nomeia as pessoas que deixam o país ou local de origem, então, por exemplo, quando se fala dos haitianos que imigraram para o Brasil,<sup>13</sup> tratam-se de imigrantes, pois entraram num país que não é o de sua origem. Já para o Haiti, as pessoas que de lá saíram rumo ao Brasil são denominados emigrantes.

---

<sup>13</sup> Os haitianos advindos do movimento migratório Haiti/ Brasil iniciado em 2010 são o tema desta dissertação.

## 1.5 PANORAMA CONTEMPORÂNEO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E SUAS MOTIVAÇÕES

O mapa de fluxos migratórios nunca antes sofreu tantas alterações como nos tempos contemporâneos. Uma série de eventos conduz os seres humanos a uma saga de deslocamentos de grandes proporções. Migrar implica deixar alguém, deixar algo, deixar o lugar ao qual se pertence para reinserir-se em outra cultura, outro território, construir um novo espaço.

Segundo Moulin (2011, p. 23), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, “Uma em cada cinco pessoas no mundo se encontra em situação migratória. Cerca de 740 milhões circulam dentro de seus próprios países de origem, enquanto 200 milhões se movimentam internacionalmente”.

Normalmente e historicamente, os movimentos populacionais se propagam do Hemisfério Sul para o Hemisfério Norte, onde estão localizados os países mais ricos e desenvolvidos, estes sendo entendidos como locais de maiores oportunidades de trabalho e qualidade de vida, de outro modo: locais de atração. Claro que não se pode desconsiderar pequenos fluxos em sentido oposto que vêm, timidamente, crescendo.

A desterritorialização<sup>14</sup> humana vem ocorrendo, especialmente e com maior intensidade, devido a conflitos religiosos, étnicos, políticos e catástrofes naturais, assim como a facilidade de mobilidade provocada pela globalização e a busca por trabalho (SANTOS, 2002).

Percebe-se, nesse movimento migrante, o afastamento do território (desterritorialização) destes grupos, conforme Campos (2007, p. 13), “[...] uma característica da Globalização é a desterritorialização, ou seja, as relações entre os homens e entre instituições, sejam de natureza econômica, política ou cultural, tendem a desvincular-se das contingências do espaço”.

Porém, a caminhada dos migrantes nem sempre aponta para a solução de sua questão social “[...] seria a forma atual do capital global que leva a uma compressão da noção de espaço-tempo. Assim, o paradoxo da globalização em relação às migrações

---

<sup>14</sup> “A sociedade global desterritorializa quase tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se” (IANNI, 2002, p. 104-105)

poderia ser resumido da seguinte forma: há uma economia sem fronteiras e uma fronteira barricada" (NEVINS, 2001, p. 135).

Explicando Nevins: a economia global permite a instalação de filiais de transnacionais nos países em desenvolvimento, de modo a explorar a mão de obra barata, ou seja, a fronteira não existe para a economia. Já para o migrante, sua ida para locais de atração de mão de obra nem sempre significa a melhora em sua qualidade de vida. Importante comentar a onda de protecionismo (principalmente a partir da crise de 2008) dos países mais ricos em relação à entrada de imigrantes/refugiados em seus territórios, especialmente os que vêm de países muito pobres.

Nos anos de 2017, ocorre um fenômeno que já movimentou aproximadamente cinco milhões de imigrantes (refugiados), o conflito na Síria. O terror da destruição, medo e as mortes provocadas pelos conflitos internos entre o governo e os radicais do Estado Islâmico, motivam a fuga das pessoas.

A guerra interna na Síria já deslocou os mais abastados<sup>15</sup> para as regiões europeias mais próximas, como a Grécia e, seguidamente, para vários outros países, especialmente a Alemanha e outros países europeus. Assim como se providenciou a restrição de entrada desses imigrantes em certos países da Europa.

Uma breve análise em noticiários mundiais trazem estimativas que metade da população síria tenha migrado (antes do conflito a população era de 23 milhões de pessoas) e que aproximadamente 400 mil pessoas já tenham perdido a vida na contenda. Este fluxo se prioriza na intenção de fugir da Síria e dos horrores da guerra e também na busca por lugares seguros para viver bem, com oportunidade de trabalho e renda.

O conflito na Síria teve seu início em 2010 e vem transformando o movimento migratório de sírios em um êxodo com proporções de crise humanitária.

Note-se que as migrações transnacionais, nos moldes em que ocorrem na segunda metade do século XX, expressam vários processos importantes, além dos movimentos da força de trabalho no mercado mundial. Expressam inquietações, tensões e lutas envolvendo nações e nacionalidades, religiões e línguas, crise de regimes políticos e declínio de estados nacionais, nova divisão transnacional do trabalho e da produção, o desenvolvimento extensivo e intensivo (IANNI, 1997, p. 196).

---

<sup>15</sup> Ao contrário do que se pensa, dados de pesquisas com refugiados, imigrantes e asilados apontam que não são os mais pobres que migram, e sim os que possuem alguma condição financeira para pagar pelo deslocamento (CONARE, 2016).

Parafrazeando informações da Revista Veja (2017, vol 2558, p. 27), em agosto de 2017, teve início também um movimento migratório em Mianmar<sup>16</sup> em direção à Bangladesh, em virtude de perseguição étnica/religiosa com cunho higienista. Os *rohingyas* são uma minoria étnica muçulmana do Sul da Ásia. Em Mianmar, perfazem um total aproximado de um milhão de pessoas que residem nas proximidades da fronteira com Bangladesh.

Ocorre que, em Mianmar, os *rohingyas* são apátridas, pois o governo do país não lhes concede cidadania já que a maioria da população e o governo são budistas e contrários aos muçulmanos. Em 2011 alguns *rohingyas* foram aliciados por radicais muçulmanos e estes, em agosto de 2017, provocaram ataques a postos policiais e a uma base militar, fato que foi entendido pelo governo como uma ameaça dos muçulmanos e sua expansão em detrimento dos budistas.

A retaliação do governo veio em forma de extermínio: vilas foram incendiadas, homens decapitados, crianças e mulheres estupradas, muitos civis foram mortos. A barbárie já expulsou 480.000 mil *rohingyas* de Mianmar para Bangladesh, motivados pelo medo do aniquilamento (REVISTA VEJA, 2017, vol 2558, p. 27).

O Brasil recebeu dois movimentos migratórios importantes que se desencadearam nos últimos anos; no ano de 2017, cerca de 30 mil venezuelanos cruzaram a fronteira com o estado de Roraima e outros tantos continuam entrando no país, fugindo da falta de alimentos e da ditadura do presidente Nicolás Maduro.

A imigração concentra-se especialmente na capital do estado brasileiro de Roraima, Boa Vista e na cidade fronteira de Pacaraima. Esse movimento humano impacta diretamente sobre políticas públicas, como saúde, educação, assistência social e segurança, pois abraçam a demanda de todas as vulnerabilidades trazidas pelo imigrante.

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode

---

<sup>16</sup> O Myanmar tornou-se independente do Reino Unido em 4 de janeiro de 1948, com o nome oficial de "União da Birmânia", designação que voltou a adotar após um período como "República Socialista da União da Birmânia" (4 de janeiro de 1974 a 23 de setembro de 1988). Em 18 de junho de 1989, o regime militar birmanês anunciou que o nome oficial do país passaria a ser União de Myanmar. A nova designação foi reconhecida pelas Nações Unidas e pela União Europeia, mas não pelos governos dos Estados Unidos e Reino Unido. Conforme a Constituição de 2009, o nome do país mudou para "República da União de Myanmar", medida implementada em 21 de outubro de 2010. (REVISTA VEJA, 2017, vol. 2558, p. 27)

ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (JANSEN, 1969, p. 60).

O fluxo migratório com maior impacto social no Brasil teve início em 2010 e perdurou com intensidade até 2014, quando se estima que cerca de 130 mil haitianos cruzaram a fronteira brasileira, estes impulsionados pela situação de extrema vulnerabilidade social agravada pelo terremoto de 12 de janeiro daquele ano em seu país. Esses imigrantes acessaram o Brasil pelos estados de Rondônia, Amazonas e Acre. Geralmente, contaram com a ajuda dos chamados “coiotes”, além de elevado gasto com o trajeto, uma média estima que os gastos giram em torno de US\$ 4.000,00 por pessoa (GOTTARDI, 2015).

Os imigrantes solicitaram ao governo brasileiro o status de refugiados, todavia o CONARE entendeu que se tratava de uma situação especial, mas que não caracterizava de fato refúgio. Conforme Gottardi (2015, p. 21-22):

Como procedimentos, as autoridades da fronteira registram os pedidos de refúgio e os encaminham ao CONARE para análise. Os imigrantes recebem documentos provisórios: CPF e Carteira de Trabalho. Por não atenderem aos requisitos estipulados pela Convenção de 1951, no que tange ao conceito de refugiado; o CONARE não encontra amparo legal para conceder os vistos. O caso passa para o CNIg (Conselho Nacional de Imigração) que, por meio da Resolução, concede vistos de permanência baseados em razões humanitárias.

Portanto, os haitianos receberam um visto humanitário.

No próximo capítulo percorre-se uma breve linha do tempo histórica da saga do povo e da terra haitiana, até a movimentação migratória para o Brasil entre 2010 a 2014.

## 2 MOVIMENTO MIGRATÓRIO HAITIANO

Quando se trata de processos migratórios, suas motivações, consequências e impactos, é importante observar e analisar dois lugares: o de origem e o de destino.

No caso haitiano, a sociedade de origem tem, em seu âmago, uma história de exploração escravagista, corrupção, ditadura, 32 golpes de Estado, intervenção militar e forte influência estrangeira em seu território. O Haiti passou da conhecida “Pérola das Antilhas”, no período colonial (colônia extremamente rentável para a França), para o país mais pobre da América Latina, nos anos de 2017. Em outras palavras, o Haiti é um país que nunca vivenciou, de fato, sua independência.

Ao proclamar a independência, em 1804, por meio de revolta dos escravos e mulatos, o país e sua empobrecida população pagaram e pagam um preço muito alto até o momento.

Para compreender esses momentos tão distintos desse país e de seu povo, faz-se necessário observar o passado e subsidiar, assim, os fluxos migratórios dos haitianos a partir de 2010. Portanto, na sequência desse trabalho será apresentado um breve relato da história e formação do Haiti.

### 2.1 DA INDEPENDÊNCIA – TERREMOTO DE 2010 – AO ANO DE 2017

A descrição a seguir decorre do relato da pesquisadora a partir das leituras sobre a história do Haiti principalmente sobre os escritos de Farmer (2006) e Seitenfus, (1992). Em 1492, Cristovão Colombo ancora na ilha que ficou conhecida como *Hispanhola*, território que hoje compreende a República Dominicana e Haiti. Os indígenas locais conheciam a terra como Ayiti ,na língua Arawak, o que significa “terras altas”. Esses indígenas foram escravizados para que, como nas demais colônias da América Latina, realizassem a exploração das riquezas das terras. No caso do Haiti, a exploração se concentrou no ouro.

Seguidamente, no século XVI, houve a superação da fase do ouro. Sendo assim, os espanhóis investiram na plantação de cana-de-açúcar. Ocorreu também a substituição de escravos indígenas por escravos negros trazidos do continente africano, Farmer



(2006, p.54) confirma que a escassez de mão de obra indígena entre os anos de 1517 e 1540 fez com que trinta mil homens fossem trazidos do continente africano para trabalharem compulsoriamente nas lavouras de cana.

Ao final do século XVI, a colônia *Hispanhola* foi conquistada pelos franceses, os quais ocuparam parte da ilha; sendo assim, cerca da terça parte do território já estava ocupada em meio ao século XVII; e em 1697, o tratado de Ryswick oficializou aos franceses a concessão deste território.

A França chamou a nova colônia de Saint-Domingue: “Conhecida como a Pérola das Antilhas, a mais rica colônia da monarquia francesa contava, na época, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam café, algodão e, sobretudo, açúcar” (SEITENFUS, 1992, p. 1).

A colônia de Saint-Domingue estava estruturada pela metrópole francesa com a monocultura açucareira e a mão de obra escrava. A monocultura e o sistema de mão de obra escrava ofereciam enormes vantagens econômicas à metrópole.

Segundo Williams (1970), a estrutura social haitiana estava organizada da seguinte maneira: neste momento (século XVII), acima estavam os grandes brancos, proprietários e comerciantes do açúcar; em segundo plano, estavam os funcionários da monarquia francesa; em terceiro, estavam os brancos pobres, chamados homens de ofício, que recebiam baixa remuneração como professores e artesãos. Estes três grupos somavam aproximadamente 40 mil pessoas. Seguidamente, a sociedade se dividia em mulatos 28 mil pessoas (livres, porém não desfrutavam do mesmo status social e político). E, por fim, 452 mil escravos negros (WILLIAMS, 1970 apud FARMER, p. 58).

Ou seja, havia um cenário propício para a ocorrência de conflitos, devido à grande disparidade de poder e de riquezas entre os grupos sociais. Neste mesmo momento, desencadeava-se, na França, a Revolução Francesa, assim aproveitando-se da instabilidade da metrópole, os grandes brancos excluíram do processo decisório os mulatos e os brancos pobres.

Em 1791, um grupo de mulatos insatisfeitos com os comerciantes e proprietários (grandes brancos), bem como espelhado na Revolução Francesa e seus ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, fomentou a revolta dos escravos.

Poucos negros se rebelaram, em torno de 300, imediatamente controlados pela milícia colonial.

Mesmo diante da primeira investida fracassada, outras rebeliões foram organizadas e proliferaram-se pela colônia tomando proporções cada vez maiores. Nesse contexto de rebeliões, Toussaint L'Overture ficou conhecido por liderar a principal revolta dos escravos e declarou-se "Tenente Governador" em 1796 (JAMES, 1980 apud FARMER, p. 61).

Neste momento do Haiti, o cenário econômico era o seguinte: O sistema de possessões coloniais e o exclusivismo comercial garantiam à França que a produção do açúcar fosse um negócio rentável: mantinham-se, no país, 793 engenhos de produção açucareira, 3.117 fazendas de produção cafeeira, 789 plantações de algodão, 3.115 plantações de índigo, 54 plantações de cacau, 182 instalações produtoras de cachaça e 370 fornos de cal (SEGUY, 2014).

"Em 1789, São Domingos produzia 180 milhões de libras de mercadoria, muito mais que todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, as quais, juntas, produziam por 117 milhões de libras" (SEGUY, 2014, p. 136). Somente no ano de 1767, o Haiti exportou "35 mil toneladas de açúcar bruto e 25 mil toneladas de açúcar branco, quinhentas toneladas de anil e mil toneladas de algodão" (JAMES, 2010, p. 56). E ainda explicita James:

Cada pé de café produzia uma média de meio quilo, igualando algumas vezes o de Mocha. O algodão crescia naturalmente, mesmo sem cuidados, em terreno pedregoso e até nas fendas das rochas. O anil também crescia espontaneamente. O tabaco tinha uma folha maior do que o de qualquer outra parte das Américas e algumas vezes era comparável em qualidade ao produzido em Havana. A polpa do cacau de São Domingos era mais ácida do que a da Venezuela e não lhe era inferior em outros aspectos; a experiência comprova que o chocolate feito de uma combinação dos dois cacaus tem um sabor mais delicado do que aquele feito apenas do cacau da Venezuela (JAMES, 2010, p. 56).

Em 1801, Napoleão Bonaparte envia ao Saint-Domingue uma tropa francesa de 28 mil homens, cujo objetivo é retirar do poder Toussaint L'Overture, o líder foi capturado, sendo levado para a França, onde faleceu. Mas o combate em terras caribenhas continuou e muitos integrantes das tropas francesas morreram por meio dos combates ou vítimas da febre amarela.

O Haiti decretou sua independência em 1804, sendo o primeiro país da América a fazê-lo, mas somente em 1824 foi que a França o reconheceu país independente.

O Haiti sofreu um castigo multissecular por ter em seu cerne libertador o estigma dos escravos negros terem derrotado os escravagistas e as grandes potências mundiais como a França, sua metrópole, naquele tempo. O preço é pago até os dias de hoje.

Paul Farmer (2016, p. 67) relata que o governo francês contemplou o reconhecimento político do Haiti em 1824, mas sob a condição de que o país pagasse uma indenização no valor de 150 mil francos. Para Farmer (2016), o considerável valor correspondia ao interesse francês em deixar o Haiti na dependência econômica da França para que pudesse desfrutar de facilidades comerciais bilaterais.

O poder foi assumido no Haiti pelos mulatos, sendo estes entendidos como a elite, os ex-escravos negros foram mantidos no trabalho das lavouras, fato que descontentou os negros, gerando conflitos internos pelo poder.

[...] a hostilidade entre os dois grupos levou a cada um, quando ocupou o governo, preferir intervenções externas em assuntos domésticos a permitir que o grupo rival tomasse o poder. Freqüentemente [sic], observamos que os políticos haitianos solicitaram assistência estrangeira militar em troca de benefícios como ceder parte do território para uma base naval ou oferecer vantagens comerciais. No início do século XIX, os britânicos e franceses estavam mais propensos a obter privilégios no Haiti; ao final do mesmo século, essa situação foi gradualmente substituída pelos Estados Unidos e pela Alemanha (NICHOLLS, 1996, p. 8).

A boa localização, em termos de portos para navios mercantes vindos da Europa para os Estados Unidos, consistia em um atrativo nesses acordos citados por Nicholls (1996). Esse desenho colocou o Haiti muito aberto às intervenções externas em suas questões políticas e econômicas internas. Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra se fizeram presentes nestes acordos. De 1915 a 1934, as tropas americanas ficaram no Haiti, sob a desculpa de proteger os interesses americanos.

Em 1915, os Estados Unidos chegaram a exercer todos os poderes sobre as finanças haitianas e inclusive na formulação da nova Constituição do país.

Haggerty (1991, p. 224) relata que representantes dos Estados Unidos no Haiti exerceram poder de veto sob todas as decisões do governo e ainda descreve que os comandantes marines optaram por manter a elite mulata no poder. De 1915 a 1922, Philippe Sudre Darteguenave foi escolhido para governar o país, seguido de Louis Borno (1922-1929) e Stênio Vincent (a partir de 1930).

Segundo a historiadora haitiana, Suzy Castor (2014, p. 12):

Sem se levar em conta a ocupação norte-americana é impossível entender o que acontece no Haiti hoje em dia. Por quê? Porque o Haiti adquiriu sua independência em condições muito singulares em comparação ao restante da América Latina. Foi um feito impensável na época, uma revolução, uma verdadeira revolução como nenhuma outra luta de independência. Em 1804 declaramos nossa independência e as potências estrangeiras sempre castigam aos povos que vão contra os caminhos que essas mesmas traçam. Em 1826 tivemos a honra de alcançar a primeira dívida externa da América Latina. Contraiu-se uma dívida com a França para poder romper um pouco o cerco que havia sido imposto ao Haiti para estrangulá-lo. Esse montante representou o orçamento da França por cinco anos. Foi uma dívida grande, mas, apesar disso, no século XIX o país se constituiu. Caminhou com problemas, mas também com conquistas. Pode resistir, pode avançar. Depois da Revolução Industrial, o Haiti, como muitos outros países da América Latina, entrou na crise do sistema pós-colonial, pois já necessitava de uma profunda modernização de suas estruturas produtivas.

A modernização tão necessária não foi feita, fato que determinou o destino da nação haitiana, conforme Suzy Castor (2014, p. 12):

A solução lhe foi imposta e essa solução foi a ocupação norteamericana desde 1915 até 1934. Durante este tempo, a modernização foi buscada pela sociedade haitiana, de modo que estabeleceram-se acordos com os norteamericanos. A economia não foi modernizada. Não houve desenvolvimento do modelo de plantação como na República Dominicana ou em Cuba, mas exportou-se mão de obra aos países modelos de plantação. A ocupação não modernizou as estruturas econômicas, mas modernizou as estruturas políticas: democracia representativa, eleições, câmaras de representantes. Este modelo, que tinha como garantia o exército, funcionou muito bem de 1934 até os anos 50. Com a profunda defasagem econômica, nos anos 50 a crise retornou. E para poder resolver uma crise postergada, a solução foi ditatorial. Duvalier nasceu do sistema de ocupação, mas rompeu o sistema de democracia representativa. A ditadura se estendeu por muito tempo. Há um ator que diz que foi a ditadura a que formalizou a crise.

No ano de 1934, as tropas americanas deixam o Haiti. O país sofreu grande instabilidade até 1956. Durante este tempo, o Haiti esteve submetido a regimes ditatoriais, perseguições políticas, censura, revoluções, como em 1946 e várias intervenções dos militares no poder.

Enfim, em 1956, ocorreu a primeira eleição com o sufrágio universal; e quem assume o poder foi François Duvalier, mais conhecido como "Papa Doc". Duvalier, etnólogo e médico de renome, quando no poder, reduziu o poder dos militares, para tal criou os tonton-macoutes, também visava, com este grupo, reprimir rigorosamente qualquer oposição. Declarou-se presidente vitalício (1964) e conseguiu da Assembleia Nacional que o poder fosse passado ao filho, Jean-Claude (Baby Doc) após sua morte

em 1971, a qual ocorreu em Port-au-Prince. Baby Doc governou o Haiti até 1986, quando ocorreu um golpe de estado.

Durante o período de 1986 a 1990, o país foi governado por governos provisórios. Posteriormente, em 1990, foi eleito Jean-Bertrand Aristide. Nascia a democracia no Haiti. Todavia, poucos meses depois, um golpe militar derrubou Aristide e o país retorna a ditadura.

A democracia haitiana nasceu há um instante. No seu breve tempo de vida, esta criatura faminta e doentia não recebeu senão bofetadas. Era uma recém-nascida, nos dias de festa de 1991, quando foi assassinada pela quartelada do general Raoul Cedras. Três anos mais tarde, ressuscitou. Depois de haver posto e retirado tantos ditadores militares, os Estados Unidos retiraram e puseram o presidente Jean-Bertrand Aristide, que havia sido o primeiro governante eleito por voto popular em toda a história do Haiti e que tivera a louca ideia de querer um país menos injusto (GALEANO, 2010, p. 1).

A fome, a miséria do povo haitiano persistia, assim como a corrupção dos políticos. Em 1994, Aristide, apoiado pelos Estados Unidos, retorna ao poder e governa até meados de 1996. René Garcia Préval, empossado em 7 de fevereiro de 1996, governou o Haiti até 7 de fevereiro de 2001, no primeiro mandato.

De 2001 a 2003, Aristide volta ao poder, porém sob forte pressão da população contrária, foge para a África e ocorre no país a intervenção da ONU. Neste momento há um princípio de guerra civil, fato que levou o Conselho de Segurança da ONU a criar a Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, na sigla em francês). Soldados começaram a chegar ao Haiti em junho de 2004. Esta operação internacional foi liderada pelo Brasil e, embora diversos países tenham enviado tropas nesta missão de paz, foi o Brasil que manteve, pelos 13 anos seguintes, o maior contingente de soldados, perfazendo, no decorrer deste tempo, 38 mil soldados.

Em 2006, René Garcia Préval assume o segundo mandato até 2011. A marca de seu governo foi o exercício democrático. Préval foi o primeiro presidente eleito por voto direto que terminou seu mandato de forma democrática. Durante seu governo, houve uma tímida recuperação da economia.

No início de 2010, o Haiti sofre a pior catástrofe natural de sua história, com proporções apocalípticas, um grande terremoto atingiu principalmente a capital Porto Príncipe. O terremoto deixou um rastro de destruição, fome, miséria, morte: 316 mil pessoas perderam a vida e aproximadamente 1,5 milhão de pessoas ficaram

desabrigadas. Ou seja, a população já carecia de tudo antes do terremoto, e a situação ficou agravada sobremaneira.

Nos dias que se seguiram, houve uma epidemia de cólera no país. Observa-se na figura 1 o alcance do terremoto:

Figura 1: Mapa do terremoto



Fonte: Senado brasileiro, disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/haiti/index.html>

Assim comentou o jornalista Antonio Lassance na Revista Carta Maior em janeiro de 2010, seis dias após o terremoto:

A falta de Estado explica, agora, a falta de estruturas minimamente preparadas para socorrer pessoas diante da atual tragédia. Consequência imediata: um país que, após o terremoto, tornou-se um retrato daquilo que Thomas Hobbes chamou de Estado de natureza: a luta de todos contra todos, pela sobrevivência imediata. Uma situação em que a vida se torna, mais uma vez citando o filósofo inglês, solitária, pobre, suja, brutal e breve. Bendito seja o Haiti! (CARTA MAIOR, 2010, p. 11).

Depois do terremoto de janeiro de 2010, o desafio de Préval era grande, reconstruir um país, mas a falta de recursos deixou a população a mercê da própria sorte. Em novembro daquele ano, ocorrem eleições e Michel Martelly, de 50 anos, ex-cantor de *rap*,

chega à presidência do Haiti. Martelly é o 56.<sup>o</sup> presidente na história do Haiti e governou o país até 2016. Atualmente (2018), o presidente do país é Jovenel Moise.

O que pode se concluir da saga haitiana em breve análise é que em duzentos anos de independência este foi o único país ocidental em que escravos negros fizeram uma revolução com sucesso; em contrapartida, os anos subsequentes foram de forte opressão e repressão de seu povo, especialmente pelos ditadores, militares e países que intervíram diretamente no país, como os Estados Unidos, Inglaterra e a França.

Como já foi destacado neste conciso apanhado histórico, desde a fundação da nação haitiana, há um conflito entre mulatos e negros ambicionando o poder. Esse fato contribuiu significativamente para que fosse solicitado, ora por uma parte, ora por outra, a intervenção estrangeira na política, economia e, conseqüentemente, em toda a vida dos haitianos. Evento que agradou os interesses econômicos dos países mais desenvolvidos (principalmente França e Estados Unidos) e em especial também pela localização geográfica da ilha.

Juntamente com o sistema financeiro internacional esses países impuseram dívidas ao Haiti para com eles, além de desestabilizarem a economia do país nas oportunidades em que intervíram no intuito de deixar o país dependente economicamente. A dívida externa do Haiti provém do acordo financeiro para a independência, em 1824, com a França, bem como da importação dos produtos que o país se vê obrigado a fazer em consequência da insuficiência de sua economia.

Em 2017, o cenário não mudou muito, o Haiti continua sendo um país muito pobre. Contribuindo para a cena atual, tem-se verificado, durante todos os governos, altos índices de corrupção. De acordo com um relatório do Índice de Percepção da Corrupção de 2006, há uma forte correlação entre a corrupção e a pobreza. O Haiti ficou em primeiro lugar entre todos os países pesquisados para os níveis de corrupção interna.

Segundo dados do Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), o Haiti possui uma população de aproximadamente 11 milhões de habitantes, sendo que 60% da população está abaixo da linha da pobreza, ou seja, sobrevivendo com menos de 2,44 dólares por dia, e 24% em extrema pobreza, ou sobrevivendo com menos de 1,24 dólares por dia. É o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo, ocupando a 186.<sup>o</sup> classificação numa quantidade que vai até 187. Mas a situação pode

ser mais grave do que parece, pois dados da Cruz Vermelha Internacional informam que sete em cada dez haitianos vivem com menos de dois dólares por dia.

Combinado com essa descrição, existe o rastro de destruição e morte da hecatombe provocada pelo terremoto de 2010, cujas consequências persistem até 2018. As taxas de desemprego beiram 80% e praticamente não existem políticas públicas, sendo que o setor privado oferece 85% dos serviços (ONU, 2015).

Historicamente, o Haiti vem se configurando como um país exportador de mão de obra migrante, “foi do processo de conversão de colônia mais próspera do mundo a país mais pobre da América, que os haitianos se constituem historicamente como um povo migrante” (MAGALHÃES; BAENINGER, 2014).

Conforme relata Castor (1978, p. 30), a história desse processo emigratório se inicia ainda no final do século XIX, quando se formam os primeiros grandes fluxos para o trabalho na produção açucareira na República Dominicana e em Cuba. Porém os fluxos migratórios diversificaram-se e massificaram-se na segunda metade do século XX, momento a partir do qual se consolidam outros destinos da emigração haitiana, como França, Canadá e Estados Unidos (CASTOR, 1978; COTINGUIBA, 2014).

Em 2008, com a crise econômica americana, houve uma restrição de entrada de imigrantes haitianos, pois aquele país já não dispunha de tantos atrativos de mão de obra; além deste fator, os americanos começaram a ver o imigrante como um “ladrão” de empregos. Assim culminou, em 2010, com a migração haitiana em direção ao Brasil. É relevante destacar a presença recente do exército brasileiro (2004 a 2017) no Haiti por 13 anos, fato que contribuiu para a aproximação dos haitianos com o Brasil (ZAMBERLAN, 2014).

Com o acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o governo brasileiro e governo haitiano (2004) inicia-se a presença brasileira no Haiti. Há um desenvolvimento progressivo que se acentua após o terremoto de 2010, como consequência, abrindo canais legais para acolher haitianos no Brasil. Também instituições brasileiras não governamentais aprofundam serviços humanitários visando o desenvolvimento do povo haitiano (ZAMBERLAN et al, 2014, p. 28).

A imagem que o Brasil passava para o mundo nos anos de 2010 de país acolhedor e em franca ascensão econômica também contribuiu para um encurtamento das relações entre haitianos e o Brasil.



O governo brasileiro realizava altos gastos em empreendimentos da construção civil para sediar grandes eventos como a Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016. O acesso ao crédito das famílias propiciava um *boom* na construção civil pelo fácil acesso ao financiamento da casa própria e exigindo grande quantidade de mão de obra nesta finalidade. Concomitantemente, houve um aceleração e expansão do setor da agroindústria, fator esse que desenhava um cenário propício para a emigração haitiana.

De outra maneira, as atividades em expansão (obras e reformas de aeroportos, estradas e estádios, a expansão da exportação de commodities, o crescimento do extrativismo mineral, a criação de um terceiro turno de trabalho em muitos frigoríficos e o crescimento da produção agroindustrial) exigiam contratação de amplos contingentes de trabalhadores para serviços pesados e preferencialmente mal remunerados (ZAMBERLAN et al, 2014).

Ainda vale citar a facilidade de entrada e vistos de permanência no Brasil para estes imigrantes. Desta forma, concorda Magalhães:

Para elucidar esta questão, apresentamos uma análise alicerçada em três dimensões: a conjuntura internacional, dos fatores que dificultaram a emigração aos destinos historicamente definidos como preferenciais (Estados Unidos e França); a conjuntura haitiana, dos fatores decorrentes da degradação econômica, social e política no país nos últimos anos, o amplo histórico de produção de expulsão populacional do Haiti e a própria presença brasileira no país e, por fim; a conjuntura brasileira, de crescimento econômico com relativa inclusão social, de realização de grandes obras para eventos internacionais e expansão de setores da economia contratadores de força de trabalho estrangeira – culminando com a criação de 14.725.039 empregos nos 7 anos anteriores à chegada da imigração haitiana no Brasil, mais precisamente de janeiro de 2003 a setembro de 2010, segundo dados da Relação Anual de Indicadores Sociais – a RAIS (MAGALHÃES, 2017, p. 37).

Esta descrição situacional dos atrativos para os haitianos em relação ao Brasil confirma as teorias neoclássicas, dos novos economistas, das redes sociais bem como a teoria de atração e expulsão provocadas pela oferta e procura de trabalho.

## 2.2 O BRASIL COMO POSSIBILIDADE

Inicia-se esse estudo, fundamentado a pesquisa de campo com os preceitos em torno fluxo migratório haitiano.

Como já mencionado, o Brasil consistiu em uma possibilidade de emigração para o povo haitiano, nas respostas a seguir confirmam-se os dados levantados no campo

teórico e em outras pesquisas já realizadas com haitianos, onde se pode observar as motivações para deixar o país de origem.

Não apenas as condições econômicas colocam os povos em movimento, mas também as condições políticas, ambientais, sociais e culturais. Um fenômeno tão complexo como as migrações muito raramente é definido por apenas uma destas condições (BAENINGER, 2012). Conforme relatos de haitianos, coletados no primeiro trimestre do ano de 2018 por meio de entrevistas semiestruturadas e gravadas em uma amostra de seis imigrantes (três do sexo masculino e três do sexo feminino), que residem no município de Caçador- SC, os principais motivos para a emigração, assim são aferidos (entendendo S como sujeito):

Tabela 1 – Motivos da emigração.

Pergunta: Por que deixou o Haiti?	
S1 - (M, 37)	“Saí do Haiti porque na época, em 2010, tudo ficou destruído, sou de Porto Príncipe, então imagina toda coisa terrível que vi, queria uma vida melhor”. [sic]
S2 – (M, 33)	“Para procurar trabalho e vida melhor, Haiti tem pouco serviço depois de terremoto”. [sic]
S3 – (F, 40)	“Buscar vida melhor”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Eu ficar sem nada depois de terremoto tinha loja de roupa, fica sem nada”. [sic]
S5 – (F, 34)	“Saí pra achar trabalho”. [sic]
S6 – (M, 35)	“Lá não tinha mais nada, só destruição, onde trabalhava nem existe mais, foi destruído”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2018.

Nas respostas de S1, S2, S4 e S6 fica evidente a motivação devido à destruição do país com o terremoto. Já os entrevistados S3 e S5 confirmam a busca por trabalho, enquanto S1, S2 e S3 também se preocupam com melhores condições de vida. De outra forma, “Não podemos recorrer apenas ao terremoto, essa via seria uma falácia ou um reducionismo frente a diversos fatores de ordem política, histórica, econômica e sociológica” (COTINGUIBA, 2014, p. 115) para justificar a emigração haitiana. O agravamento das condições econômicas, sociais e ambientais explica, em grande medida, por que, historicamente, emigram os haitianos (CASTOR, 1971; CASTOR, 1978; CASTOR, 2008; DURAND, 2014).

Foi possível constatar a preferência pelo Brasil como possibilidade, especialmente no que tange as seguintes motivações:

Tabela 02 – O Brasil como possibilidade

Pergunta: Por que você escolheu o Brasil?	
S1 - (M, 37)	“Acho que todo mundo sabe de terrível terremoto em Haiti, depois tudo ficou difícil e daí resolvi sair de lá. Escolhi o Brasil porque adoramos o Brasil por causa do futebol e naquele tempo (2010) tinha a presidente Dilma Rousseff que deixou fácil para o haitiano vir e entrar no Brasil, tinha muito trabalho em construções para a copa”. [sic]
S2 – (M, 33)	“Porque Brasil tem muito mais serviço que Haiti, quando eu chegar em Brasil em 2013 era muito melhor com a presidente Dilma, era tudo mais fácil, agora fica tudo muito difícil, tudo fica caro, tem menos trabalho, mas eu ainda tenho trabalho, gastamos muito dinheiro pra chegar até aqui no Brasil, a viagem é muito longa até Brasil”. [sic]
S3 – (F, 40)	“Eu quero vida diferente do Haiti, vim para ficar junto de meu esposo, ele juntou dinheiro para eu vim com nossa filha”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Para recomeçar, mas não tem trabalho para mulher, agora trabalho de diarista”. [sic]
S5 – (F, 34)	“Vim porque meu marido está aqui, faz um ano que estou no Brasil, mas meu marido já faz cinco anos que veio, vim trabalhar também”. [sic]
S6 – (M, 35)	“Escolhi o Brasil porque nós gostamos do Brasil, do futebol e depois do terremoto teve muita falta de emprego e o Brasil é amigo do Haiti, então viemos pra trabalhar aqui”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2018.

Diante das respostas para a pergunta da entrevista ficou clara a intenção de um grupo de imigrantes haitianos na venda de seu trabalho no Brasil, ou seja, a questão econômica apareceu no discurso de S1, S2, S4, S5, S6. Dessa maneira, verifica-se que a força de atração de mão de obra propulsionada pelo capitalismo certamente influencia a vinda da maioria dos imigrantes.

Estes imigrantes são pessoas que, em meio à miséria e aos escombros a que ficou reduzido o Haiti, conseguiram reunir junto a seus familiares e amigos alguns recursos suficientes para pagar o custoso e explorado deslocamento do Haiti até a fronteira brasileira. É um trajeto migratório motivado pela busca de trabalho, na esperança de encontrar condições de reconstruir a vida e de ajudar os familiares que deixaram no Haiti (MILESI, 2011, p. 14).

Todavia as respostas de S3 e S5 evidenciam a teoria das redes sociais exposta anteriormente, pois ambas imigraram para o Brasil por ter familiares ou conhecidos estabelecidos no local, chegando ao país bastante tempo depois de seus familiares.

Ainda clarifica-se a teoria neoclássica quando afirma que o imigrante relaciona custo e benefício para se deslocar, como no relato de S2.

A teoria dos novos economistas fica em destaque no ponto em que as políticas governamentais provocam mudanças econômicas que influenciam a migração, conforme a fala de S1 e S2.

Importante demonstrar que S1 e S6 tornaram relevante a devastação do terremoto como uma propulsão para a saída do Haiti, trazendo um elemento da natureza como colaborador para a expulsão. Importante destacar também que o Brasil consistiu no

quarto movimento migratório haitiano. Magalhães (2014, p. 18) explica, a partir de Castor (1971, 2008), que o primeiro fluxo emigratório ocorreu em direção à República Dominicana no final do século XIX até os anos 1930; o segundo fluxo de emigrantes foi para Cuba, entre 1915-1930; e o terceiro teve como destino os Estados Unidos, em especial, a partir de 1960. Essa característica de país de emigração, a conjuntura econômica internacional, a presença militar brasileira, a dependência das remessas (STEPICK et al., 2001; MAGALHÃES, 2014, p. 12) e as restrições à entrada de imigrantes nos Estados Unidos e França, destinos primazes da emigração do Haiti, são elementos importantes que inseriram o Brasil na rota da emigração haitiana (FERNANDES et al., 2011; PATARRA, 2012, p. 37).

Assim, conclui-se que as teorias motivadoras para a emigração se contrapõe e se complementam simultaneamente, todavia não esgotam as conclusões diante da complexidade acerca do fenômeno dos fluxos migratórios contemporâneos.

### 2.3 CONJUNTURA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA BRASILEIRA E O IMIGRANTE HAITIANO

Qual é o real Brasil que o imigrante haitiano encontra ao adentrar sua fronteira?

A economia mundial do século XXI está pautada no domínio do mercado pelas transnacionais,<sup>17</sup> com lucros tão estrondosos que uma única transnacional pode ultrapassar muitas vezes a riqueza de países emergentes ou em desenvolvimento. Ainda neste cenário, tem-se o encurtamento das distâncias propiciado pelo avanço da comunicação e tecnologia, bem como uma explosão científica: é a globalização<sup>18</sup>. O avanço comunicacional propicia que uma indústria possa ter diversas filiais no mundo todo e apenas um centro administrativo. Normalmente, o centro administrativo fica nos países desenvolvidos, onde também fica a matriz da indústria e a riqueza. Para os países em desenvolvimento ou emergentes, restam as filiais e a exploração da mão de obra

---

<sup>17</sup> Grandes indústrias que têm a matriz nos países desenvolvidos e várias filiais em países onde a mão de obra, a energia e a matéria-prima são mais baratas.

<sup>18</sup> “Aí é possível identificar uma série de características que parecem estar presentes globalmente: a prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado; a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital; o protagonismo incondicional das empresas multinacionais...” (SANTOS, 2001, p. 55).

barata, os resíduos da poluição ambiental e toda a gama de problemas sociais que a pobreza e a degradação ambiental podem provocar. O centro administrativo comanda todas as ações de suas filiais por meio da tecnologia informacional, estas indústrias são chamadas transnacionais.

Conforme Santos (2002) a comunicação instantânea e mundial da globalização comprimiu as distâncias (parece que o mundo não é mais tão grande) e popularizou a cultura dos mais longínquos lugares do planeta, acessível em um toque na tela. Além disso, a facilidade comunicacional impulsionou o consumismo, fortalecendo a produção de bens e riquezas.

Ou seja, em tempos de globalização e da expansão tecnológica, há um grande avanço na produção de bens e riquezas; no entanto, é possível observar que essa riqueza não é dividida de modo justo, há um contingente cada vez maior de pobres.

A globalização influencia politicamente e economicamente os Estados mundiais, pois estão perdendo a soberania e quem, de fato, “dá as cartas” é o poder do dinheiro das transnacionais. A democracia já desgastada pela distância entre o real e o ideal dá lugar ao que muitas análises sobre o capitalismo chamam de “plutocracia”<sup>19</sup>, segundo a qual, transnacionais determinam inclusive valores dos salários, leis ambientais, taxas de juros, valores dos produtos entre outras influências demasiadas atribuídas ao Estado, mas que acabam determinadas pelo capital. O Brasil não está fora deste cenário, pois em países em desenvolvimento há a exacerbada exploração da mão de obra, o que muito interessa ao capital: mão de obra barata é sinônimo de mais lucros.

Aponta-se, aqui, um dos principais reflexos desse momento do sistema capitalista e da globalização: a desigualdade social (entendida neste contexto como desigualdade de oportunidades) reside no coração da questão do desenvolvimento humano, ela consiste em um traço estrutural do sistema capitalista, porém possui multidimensões.

No Brasil, conforme Galeano (1977), a desigualdade social perpetua-se desde a colônia. Assim como os demais países latino-americanos, tem em seu bojo especialmente as seguintes dimensões: o modelo de colonização (colonização de exploração: a metrópole leva a riqueza da colônia), a desigualdade étnica e de gênero (diferenciação salarial e cultural em relação a mulheres e homens, bem como entre

---

<sup>19</sup> Plutocracia: poder do dinheiro.

negros e brancos), a desigualdade de território (território continental com regiões muito diversas geograficamente, historicamente e culturalmente), a desigualdade econômica de quem detém os meios de produção em detrimento de quem não os tem.

Todavia a desigualdade social não se mede somente na distância de renda entre ricos e pobres, mas a partir de todo o acesso a uma gama de oportunidades que o poder aquisitivo propõe.

Constata assim a OXFAM Brasil<sup>20</sup> em seu relatório de 2017:

Desigualdades sociais não são inevitáveis. São, antes, produto da ação ou inação de governos e empresas ao longo da história, em benefício de poucos indivíduos com muito poder. Desta forma, seu combate também exige políticas sustentadas ao longo do tempo, levadas a cabo por sucessivos governos, bem como mudanças estruturais na forma pela qual as sociedades distribuem renda e riqueza. São diversos os fatores que explicam a situação de desigualdade extrema no Brasil. Nossa bagagem histórica de quase quatro séculos de escravidão e nosso largo passado colonial criaram profundas clivagens entre regiões, pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens. Tal distanciamento marcou a forma com a qual organizamos nossa sociedade, nossa economia e nosso Estado, diminuindo sua capacidade redistributiva. Em outras palavras, não só nossa economia beneficia poucos, mas também nosso Estado e nossa organização social contribuem para perpetuar desigualdades (OXFAM BRASIL, 2017, p. 43).

Especialmente há que se citar que o Brasil, assim como os demais países latino-americanos, historicamente, foi povoado por imigrantes/refugiados de diversas partes do mundo. Este fator também influenciou e influencia sobremaneira o modo como a economia e a cultura da América Latina se constituíram.

As reflexões a seguir aprofundarão a questão brasileira e estarão ancoradas no artigo 3º da Constituição Cidadã de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

---

<sup>20</sup> O Comitê de Oxford de Combate à Fome- OXFAM- chegou ao Brasil nos anos 1950 e iniciou seus trabalhos de forma mais estruturada e contínua em 1965. Na época, a atuação proporcionou o financiamento de projetos das cooperativas de crédito para agricultores familiares no Nordeste brasileiro. Ao lado das demais afiliadas e países onde atuam, a Oxfam Brasil faz parte de um movimento global que tem como objetivo construir um futuro sem pobreza, desigualdades e injustiças. A missão da Oxfam é contribuir para a construção de um Brasil justo, sustentável e solidário que elimine as causas da pobreza e da desigualdade. Trabalhamos com parceiros e aliados como parte de um movimento nacional e global pela transformação social (OXFAM, 2017).

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Percebe-se que os objetivos fundamentais da Constituição brasileira, embora pareçam um tanto utópicos, devem ser perseguidos pelo Estado a fim de propiciar a todo cidadão brasileiro estas condições, já que estão estabelecidos em lei. Na prática, o que se vê de fato é a exacerbação contraditória destes objetivos.

Quanto à desigualdade social, em especial a desigualdade econômica, dados da OXFAM Brasil (25 de setembro de 2017) revelam que seis brasileiros têm renda superior a cem milhões de brasileiros. A desigualdade faz o Brasil ocupar o décimo lugar entre os países mais desiguais do planeta. No Brasil, a situação é pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês (OXFAM, 2017, p. 6).

Ainda segundo dados da OXFAM (2017), as questões étnicas e de gênero clarificam outros aspectos da desigualdade social: os negros no Brasil ganham 57% menos que os brancos; e as mulheres brasileiras ganham 37% a menos que os homens. Denotando muito latente ainda a questão da discriminação de gênero e de cor.

A desigualdade social cerceia a autonomia e o poder político, as classes subalternizadas acabam sem voz diante dos espaços sociais. No caso brasileiro, por exemplo, embora se tenha, em sua maioria populacional, pessoas de cor negra ou parda, sua representatividade no campo político é insignificante, tendo nas bancadas de senadores e deputados 80% de brancos. Além deste exemplo, podem-se citar ainda os poucos cargos de relevância ocupados por negros e mulheres em empresas privadas, no campo estatal ou nas universidades.

Estes significativos números da desigualdade social no Brasil não são suficientes para o tema aportar nos debates políticos, caminha-se, sim, para um Estado mínimo<sup>21</sup>, em que as diversas medidas tomadas pelos governantes têm de fato restringido a ação estatal no sentido de minorar a distância entre ricos e pobres.

---

<sup>21</sup> Estado mínimo é uma das características do sistema político neoliberal que subsidia o capitalismo e a globalização, no neoliberalismo a intervenção estatal é mínima e o capitalismo se autorregula. Este modelo político foi implantado no princípio e de modo experimental no ano de 1972 no Chile, por um grupo de economistas da Universidade de Chicago. O Chile consentiu esta intervenção americana na sua economia e na sua política. Posteriormente o sistema neoliberal ganhou tónus na maioria dos países do mundo para fortalecer o desenvolvimento econômico do capital. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_estado\\_minimo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm). Acesso em: 15 de Jan. de 2018.

A exemplo disso, pode-se citar a Proposta de Emenda Constitucional 241, conhecida como PEC dos Gastos Públicos, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e pelo Senado e sendo sancionada em dezembro de 2016. Esta emenda consiste em congelar os gastos com políticas públicas, como saúde, educação e assistência social para os próximos vinte anos.

Tal medida vem na contramão dos enfoques constitucionais de 1988. Conclui-se, portanto, que as políticas públicas não contemplam os cidadãos brasileiros com qualidade e que, diante do cerceamento econômico do Estado, tendem à precarização.

Desde a Constituição Cidadã de 1988, o Brasil apresentou algumas políticas públicas para a proteção social dos brasileiros. Dentre elas, destacam-se as políticas universais (destinadas a todos que estiverem em solo brasileiro, portanto, inclusos os estrangeiros). Pode-se citar o Sistema Único de Saúde, que materializou o direito universal e gratuito à saúde em 1990. Também o Sistema Único de Assistência Social, em 1993, que, aos moldes do da saúde, veio a contribuir no âmbito da assistência social a quem dela necessitar.

A lei denominada Lei Orgânica da Assistência Social (1993) também garantiu uma renda (Benefício de Prestação Continuada) à pessoa com deficiência e idoso que, diante da incapacidade para o trabalho ou a idade avançada e mesmo não tendo contribuído para a Previdência Social, fazem jus a um salário mínimo como meio de subsistência. Conforme a OXFAM Brasil:

Por outro lado, sabe-se o que dá certo: a expansão do alcance de políticas públicas, em especial de políticas sociais, se mostrou basilar na redução da pobreza e no aumento direto ou indireto do orçamento familiar, beneficiando, particularmente, pessoas nos estratos de renda mais baixos. Ganhos educacionais tiveram um impacto importante na redução das diferenças salariais, diminuindo assim a desigualdade geral de renda, em que pese os enormes desafios que ainda restam. A ampliação da cobertura de serviços essenciais para os mais pobres elevou sensivelmente o nível de vida das pessoas, ainda que reste uma parcela bastante grande da população sem água ou saneamento básico. Por fim, a política de valorização real do salário mínimo, junto com a formalização crescente do mercado de trabalho e a queda do desemprego foram fundamentais para a redução recente nos índices de desigualdade de renda (OXFAM BRASIL, 2017, p. 7).

Ainda há que se destacar, concordando com o relato da OXFAM, os grandes avanços educacionais a partir da Carta Magna, como a universalização da Educação Básica e o expressivo avanço do Ensino Superior.



O desafio para estas políticas de proteção social ainda é a qualidade dos serviços, pois mesmo tendo um Sistema de Saúde, esse opera de modo precário, refletindo a necessidade de investimentos neste campo. Se já é deficitário, com o congelamento previsto, há a precarização total. Não obstante, afirma-se que o mesmo ocorre com políticas públicas como assistência social e educação, que também apresentam índices de baixa qualidade no país.

Um dos grandes entraves para a oferta de boa qualidade nos serviços públicos reside na ineficiência da aplicação dos recursos públicos. O Brasil é um dos países do mundo que mais arrecada dinheiro por meio de impostos, portanto, possui boa reserva para investimentos. Todavia há que se ressaltar os grandes desvios de dinheiro público por meio da corrupção e também a péssima qualidade das obras executadas por empresas licitadas pelo governo para a prestação de serviços.

Pode-se apontar também falhas nas políticas públicas brasileiras com programas que oferecem uma solução paliativa para os problemas sociais. Há o exemplo do Programa Bolsa Família, que oferece um valor mensal para famílias de baixa renda (extrema pobreza), todavia, o que se percebe é a manutenção do *status quo*. De outra forma, as famílias saem da extrema pobreza para adentrar no grupo da pobreza, não solucionando definitivamente a situação de miserabilidade. Pode-se considerar um programa que de fato necessita de ajustes, pois a distribuição de renda é justa, todavia visa subsidiar uma situação que deveria ser temporária. Em síntese, não há políticas, programas e projetos que de fato ofereçam soluções efetivas para a questão social brasileira.

Neste íterim, verifica-se um desemprego estrutural que tange, aproximadamente, 14 milhões de brasileiros (embora o desemprego tenha diminuído no Brasil, os índices ainda são grandes) cerceando desta maneira o acesso à própria alimentação com qualidade a este grupo social.

Conforme dados do IBGE (BRASIL, web), no trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, havia 13,1 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Este contingente apresentou aumento de 4,4% frente ao trimestre de setembro a novembro de 2017, quando a desocupação foi estimada em 12,6 milhões de pessoas. No confronto com igual trimestre de 2017, quando havia 13,5 milhões de pessoas desocupadas, houve

redução de 3,1%. A tabela 3, apresenta com maior clareza os dados de desemprego no Brasil.

Tabela 03: Desemprego no Brasil - Taxa de Desocupação - Brasil - 2012/2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2
dez-jan-fev		7,7	6,8	7,4	10,2	13,2	12,6
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	
fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8	
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2	
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0	
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.  
Nota: Somente os dados hachurados são comparáveis.

Conclui-se que se está diante de um Estado com políticas públicas deficitárias, paliativas e precárias, que tendem a ficar inviáveis em termos de qualidade nos serviços e efetividade. Fortalece-se, desta forma, o capital privado, que oferece de modo pago os serviços, especialmente os de saúde e educação, ou seja, estado mínimo e fortalecimento do capital.

Constata-se que a desigualdade estrutural revela dados que colocam a maior parte dos brasileiros em situação de pobreza e uma significativa parcela em situação de miserabilidade severa.

As leis e sua aplicabilidade, em casos de corrupção ou “crimes do colarinho branco”, no Brasil, ainda não foram utilizadas de modo eficaz, estabelecendo uma grande lacuna entre a aplicação da lei para os mais pobres e a aplicação desta para quem dispõe de poder aquisitivo maior e poder político. Denotando um grande descrédito da população no que diz respeito ao sistema judiciário.

Há grande disparidade salarial e de tratamento entre brancos e negros e entre homens e mulheres. Os dados da OXFAM Brasil (2017, p. 7), em seu relatório “A distância que nos une” explicam:

Por um lado, há pouca dúvida sobre o que não deu certo: nosso sistema tributário regressivo onera demasiadamente os mais pobres e a classe média por meio de uma alta carga de impostos indiretos e pela perda de progressividade no imposto sobre a renda dos mais ricos. As discriminações de raça e de gênero têm se mostrado um perverso mecanismo de bloqueio à inclusão de negros e de mulheres, se manifestando por violências cotidianas praticadas inclusive pelo próprio Estado e mantendo esta parcela da sociedade sempre “no andar de baixo” da distribuição de renda, riqueza e serviços. Soma-se a isso o nosso sistema político, carente de espírito democrático, concentrador de poder e altamente propenso à corrupção.

Neste contexto social controverso, aparece a figura do imigrante haitiano, que passa a buscar um espaço de trabalho e de pertencimento diante de questões como: como conquistar esse espaço em um país que não dá conta dos “seus”? Como aportar e sentir-se feliz em um espaço desigual, que marca historicamente o negro como um ser humano de menor valor? Assim, essa análise resulta no questionamento sobre: O que trouxe o imigrante haitiano para esta conjuntura?

Estes questionamentos permeiam a pesquisa de campo a ser apresentada no capítulo três, antecipando estas reflexões, adentra-se no cenário catarinense encontrado pelo imigrante.

#### 2.4 CONJUNTURA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA ENCONTRADA PELO IMIGRANTE EM SANTA CATARINA

Dados extraoficiais demarcam que 9% dos haitianos que chegaram até o Brasil se deslocaram para Santa Catarina, estado brasileiro situado ao sul.

Historicamente, Santa Catarina recebe imigrantes das mais diversas nacionalidades, ou seja, é algo absolutamente comum para a população, pois é formada pela miscigenação de diversas etnias. O que se vê é uma grande diversidade cultural que este estado apresenta: há regiões colonizadas por maioria alemã, já outras por maioria italiana, açorianos, japoneses, paulistas, tirolezes e também apresenta regiões com descendentes de escravos negros na região do meio-oeste. O estado possui em torno de seis milhões de habitantes, distribuídos em 247 municípios, em sua maioria, de pequeno porte.

Essa mistura tem condicionado o que se chama de hibridismo cultural, ou seja, a combinação dos hábitos, costumes e da cultura dos países de origem com o local de destino. Todavia, há fluxos migratórios contemporâneos, como os haitianos, por exemplo.

Santa Catarina tem uma das mais altas taxas de escolaridade do Brasil e a segunda mais baixa taxa de analfabetismo. Ainda apresenta a mais elevada expectativa de vida do país, segundo o IBGE (2013) 78,1 anos. A seguir a tabela 04, apresenta os bons índices de Santa Catarina em relação aos demais estados brasileiros.

**TABELA 04 - RANKING GERAL IDGE\***

Posição	UF	Índice (2015)
1	SP	0,846
2	SC	0,827
3	DF	0,825
4	RS	0,781
5	PR	0,768
6	RJ	0,752
7	MG	0,748
8	ES	0,735
9	MS	0,697
10	GO	0,655
11	MT	0,626
12	PE	0,576
13	CE	0,553
14	RN	0,553
15	PB	0,549
16	RO	0,549
17	BA	0,545
18	AC	0,531
19	TO	0,525
20	SE	0,522
21	AM	0,519
22	AP	0,513
23	RR	0,512
24	PA	0,492
25	PI	0,489
26	AL	0,454

Posição	UF	Índice (2015)
27	MA	0,432

\*O índice vai de zero a um; quanto mais próximo de um, melhor.

**Fonte:** Macroplan.

O índice IDGE (Índice dos Desafios de Gestão Estadual) leva em consideração 28 indicadores: desenvolvimento social, educacional, saúde, judiciário, desenvolvimento econômico, infraestrutura, longevidade, segurança entre outros.

Desempenho de Santa Catarina no ranking nacional por indicador, conforme o site <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br>, acesso em 01/03/2018:

**Saúde: 1º**

Considera a taxa de mortalidade infantil e a expectativa de vida.

**Desenvolvimento Econômico: 1º**

Leva em conta PIB, desemprego e informalidade.

**Desenvolvimento Social: 1º**

Desigualdade, pobreza e renda *per capita* compõem o indicador.

**Juventude: 2º**

Leva em conta a proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não procuram emprego em relação ao total de jovens, a taxa de gravidez precoce e a proporção de jovens adultos que concluíram o ensino superior.

**Educação: 3º**

Considera escolaridade média, taxa de analfabetismo e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

**Infraestrutura: 6º**

Avalia proporção e qualidade de rodovias pavimentadas, acesso a internet e a telefonia, além de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

**Condições de Vida: 8º**

Considera o déficit habitacional e o saneamento básico.

**Segurança: 8º**

Leva em conta a taxa de homicídios e de mortes no trânsito.

**Institucional: 12º**

Avalia a taxa de congestionamento da Justiça no 1º grau, que mede a efetividade de cada tribunal estadual no ano, levando-se em conta o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base. O indicador também considera o índice de transparência estadual em três critérios: conteúdo, série histórica e frequência de atualização e facilidade de uso do conteúdo.

Mesmo tendo um cenário favorável, em todos os sentidos, perante os demais estados brasileiros, Santa Catarina ainda tem dificuldades na efetivação de políticas públicas com eficiência. Precisa-se avançar especialmente na qualidade da educação e da saúde.

Santa Catarina tem posição privilegiada no Brasil quando se fala em industrialização, geração de empregos e desenvolvimento tecnológico. Dados do ano de

2014 e 2015 da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, revelam que o estado possui um importante parque industrial. A indústria de transformação catarinense é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguidos pelo setor de artigos têxteis.

Em 2014, dados da FIESC apontam que a indústria catarinense foi líder na geração de empregos entre os estados do País, registrando cinco mil novos postos de trabalho. O PIB catarinense é o sexto do Brasil, totalizando, em 2012, R\$ 177 bilhões. O setor secundário participa com 33,7%; o terciário, com 62,1%; e o primário, com 4,3%. Dentro do setor secundário, a participação da indústria de transformação é de 21,5% e a da construção civil é de 5,9%, segundo dados do IBGE. Santa Catarina é o segundo estado com maior participação da indústria de transformação no PIB. A inovação e a tecnologia reforçam a competitividade das indústrias.

Há 11 institutos de tecnologia e de inovação, em áreas estratégicas, distribuídos em várias regiões do Estado. O setor tecnológico catarinense tem se destacado no cenário brasileiro e mundial. De acordo com estudo do Grupo Economist, Santa Catarina ocupa a quarta posição no ranking nacional em Inovação (2013). A educação é outro pilar indispensável à competitividade. As indústrias do estado têm investido na melhoria da escolaridade dos trabalhadores e na qualificação profissional.

Santa Catarina é conhecida nacionalmente e internacionalmente pelo forte turismo, o estado é privilegiado por praias muito procuradas por sua beleza natural e também pelos empreendimentos de luxo da construção civil em algumas destas praias. Já a economia industrial, conforme apresenta a FIESC, é caracterizada em diversos polos, o que confere ao Estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana; e tecnológico na Capital.

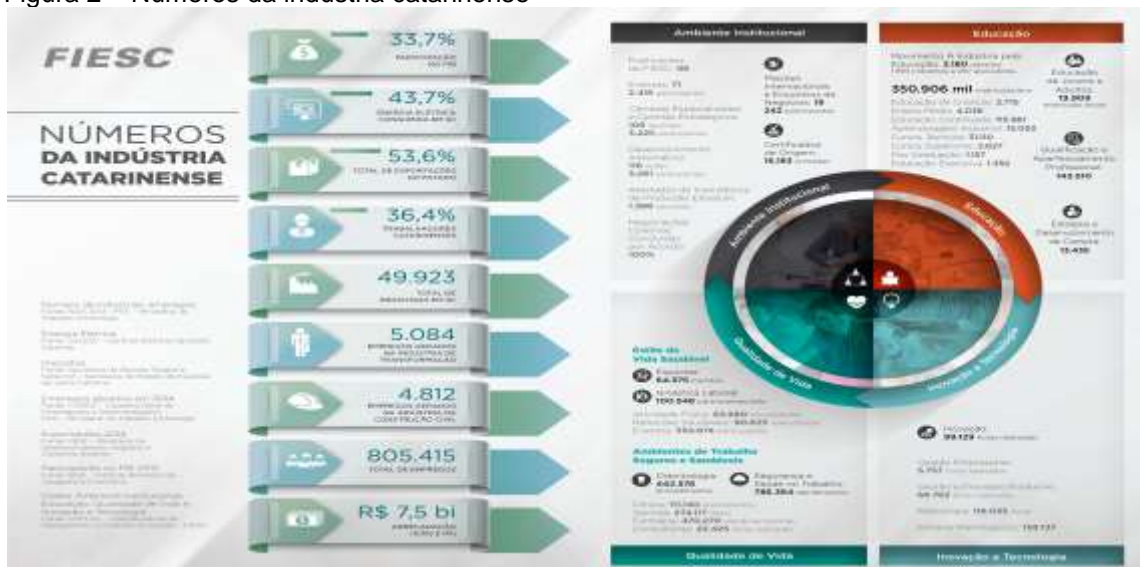
O segmento alimentar é o mais representativo na economia industrial do Estado. Santa Catarina é o maior produtor de suínos e o segundo de frangos do país. É líder também em pescados. Na indústria têxtil e do vestuário, é o segundo maior polo do país.

Produtos de maior valor agregado fazem parte de seu portfólio, podendo-se citar geradores, transformadores e motores elétricos, motocompressores, blocos e cabeçotes para motor, eletrodomésticos, soluções em telecomunicações, redes e segurança. A indústria aeronáutica e automotiva se desenvolve, atraindo novos investimentos para o Estado. Em 2014, as exportações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 9 bilhões. Os valores exportados por Santa Catarina corresponderam a 4% das exportações brasileiras. Santa Catarina é o décimo exportador na escala de estados brasileiros.

Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses, em 2014, foram Estados Unidos (12,9%), China (10,9%), Japão (5,9%) e Rússia (5,5%). O Estado possui uma forte estrutura portuária, por onde escoam grande parte da produção: portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes e Itapoá. O porto de Laguna atua voltado à pesca.

Verifica-se, na Figura 2, dados referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014, apresentando o estado de Santa Catarina com grande poderio de geração de empregos, bem como o grande número de indústrias. Na parte direita da figura, é possível observar uma gama de serviços que a federação oferece aos trabalhadores da indústria no Estado.

Figura 2 – Números da indústria catarinense



Fonte: Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina- FIESC

A região catarinense que compreende o município de Caçador, alvo desta pesquisa, denominada região do Contestado, possui grande disparidade em todos os

aspectos se comparada às demais regiões. Os dados de expectativa de vida, escolaridade, analfabetismo, saúde, renda, entre outros, podem ser comparados a estados nordestinos (Dados de Entrevista de Paulo Pinheiro Machado ao Diário do Rio do Peixe, Historiador, professor da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina desde 1987, mestre e doutor em História pela UNICAMP, pesquisador do CNPQ em 04/09/2012).

O município, em especial, possui sua economia ancorada na madeira e seus derivados, como a transformação da madeira em móveis, molduras, compensados, papel, embalagens, papelão. Há também indústria de calçados e de transformação do couro. Ainda conta com pequena cota de produção agrícola com pequenas propriedades.

Constata-se uma significativa geração de riquezas no município, pois este é o oitavo exportador do estado, todavia não se vê explícita esta riqueza na vida da maioria de seus 75.000 mil habitantes.

A vinda do imigrante haitiano para Santa Catarina e sequentemente para Caçador [...] e seu processo de inserção social e laboral se dá mediante recrutamento das empresas, inicialmente na fronteira do Brasil com o Peru, mas também nos centros de acolhimento e principais cidades receptoras – entre elas, muitas situadas no Estado de Santa Catarina, onde residem mais de 10.000 haitianos - 6.357 com vínculo formal no mercado de trabalho ao final de 2014 (CAGED/MTE, 2015).

Como já citado anteriormente, ter trabalho não significa que o imigrante terá a solução para sua questão social. Mesmo estando em um estado com muitas possibilidades, ainda existem muitos desafios para a inserção social para além do trabalho na agenda da migração.



### **3 HAITIANOS EM CAÇADOR: ANÁLISE SOCIAL DO COTIDIANO DO IMIGRANTE**

Este capítulo traz à tona fragmentos do cotidiano haitiano em solo caçadoreense, revela expectativas e vivências deste imigrante. Apresenta uma realidade íntima e reveladora desses seres humanos na comunidade local, realidade clarificada pela mostra dos dados da pesquisa de campo.

Conforme já relatado, a pesquisa se deu no ambiente da moradia dos imigrantes e se priorizou a entrevista semiestruturada por adesão, bem como a observação.

Os dados qualitativos são apresentados dentro dos títulos por meio de tabelas que trazem a transcrição fiel da fala do entrevistado. Cada entrevistado, na apresentação dos dados, será nominado pelas abreviaturas: S1, S2, S3, S4, S5 e S6, sendo que S significa Sujeito.

Nesse trabalho (capítulo 2), foram apresentadas algumas vivências do imigrante haitiano, desde sua partida do Haiti até sua chegada ao Brasil, bem como suas expectativas em relação ao país de destino. Ancorou-se o debate nas afirmações de Massey (1988), Weber (2015), Rosa (2016), Patarra (2012) e Krawulski (1998).

Também nesse trabalho (capítulo 2) abordaram-se os aspectos e condições de trabalho do imigrante, perguntando-se que o motivou a escolher pelo Brasil. Essa análise baseou-se nas definições de trabalho para Marx (1979) e Weber (2015), confrontando com as respostas dos imigrantes.

Já o presente capítulo desta dissertação traz as questões acerca dos direitos iguais entre estrangeiros e brasileiros, as discussões são ancoradas especialmente na Constituição brasileira (1988) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), acerca de cidadania e não cidadania. Em torno deste debate, apontam-se dados da entrevista, como as dificuldades para o imigrante no Brasil e o acesso às políticas públicas, como saúde e educação.

O capítulo subsequente a esse trará aspectos da desagregação familiar propositada pelo deslocamento e distância do país de origem, debatendo questões subjetivas, como saudade e felicidade.

### 3.1 EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS: DO HAITI À CAÇADOR – SC

Ao realizar entrevistas no primeiro trimestre de 2018, com seis imigrantes haitianos (três do sexo masculino e três do sexo feminino) residentes em Caçador, Santa Catarina, adentrou-se em suas residências, vidas e sonhos. Pôde-se observar que, mesmo não se conhecendo no país de origem, tendem a se agrupar e se conhecer no país de destino, pois há uma identificação entre os imigrantes.

Em uma das moradias visitadas, que possui dois pavimentos, encontrou-se a seguinte composição: No andar superior, a casa foi dividida em duas partes, onde residem duas famílias compostas por pai, mãe e filhos pequenos. No pavimento inferior residem dois agrupamentos, feminino e masculino, onde há a partilha dos valores relativos a aluguel, energia elétrica, água e alimentação. Esta organização permite um barateamento nos custos de vida.

Neste mesmo momento, encontrava-se, visitando os conterrâneos, um haitiano que reside em outra casa, que relatou que “costuma vir todo final de semana na casa dos conhecidos para conversar sobre suas dificuldades, alegrias e saudades”, demonstrando a necessidade de agrupamento social por identidade e, de outra forma, uma afinidade étnica “[...] complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes [sic] nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (MASSEY, 1988, p. 396).

Desse modo, evidenciam-se certos “guetos étnicos” no município, visto que os haitianos procuram se agrupar em moradias divididas com seus iguais, bem como se deslocar pelas vias em conjunto.

Grupos étnicos são grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização, ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente (WEBER, 2015, p. 416).

Nas ruas de Caçador é comum observar grupos de imigrantes se movimentando entre as idas e vindas do trabalho nas indústrias. Outra percepção se dá quanto ao sexo dos imigrantes, tendo em sua maioria pessoas do sexo masculino.

Percebeu-se, durante a entrevista, certa “timidez” por parte das mulheres haitianas, além de apenas uma das três entrevistadas falar um pouco do português, as outras duas necessitaram de tradutor, por falarem apenas o *Kreyòl*, enquanto os homens entrevistados, todos, falavam bem o português:

[...] as mulheres monolíngues (falantes apenas do Kreyòl) e sem qualquer tipo de acesso à educação formal constituem o grupo de maior vulnerabilidade social, pois embora os homens também compartilhem do mesmo grau de desamparo social, eles conseguem migrar em um percentual significativamente maior do que as mulheres, seja para a República Dominicana, para o trabalho no plantio e colheita de cana-de-açúcar ou para a construção civil, ocupações marcadamente masculinas, seja para os Estados Unidos ou Canadá porque gozam de uma rede de solidariedade muito mais consolidada nos países de destino, ao passo que as mulheres haitianas encontram muito mais dificuldade no processo migratório, pois não encontram o mesmo suporte que seus compatriotas. Isto ocorre devido à fragilidade nas redes de cooperação femininas de incentivo à imigração, na baixa exposição das mulheres à vida pública, obrigando-as à dedicação quase que exclusiva à reprodução familiar, limitando as chances de sobrevivência social fora do lar e do seu próprio país (ROSA, 2006, p. 22).

Entre as vivências pesquisadas junto aos imigrantes, perguntou-se sobre o caminho até o Brasil. Nas respostas de S1, S2, S3, S4 e S5 pode-se verificar que a distância com as diversas escalas necessárias para adentrar o solo brasileiro tornaram a viagem penosa e cansativa.

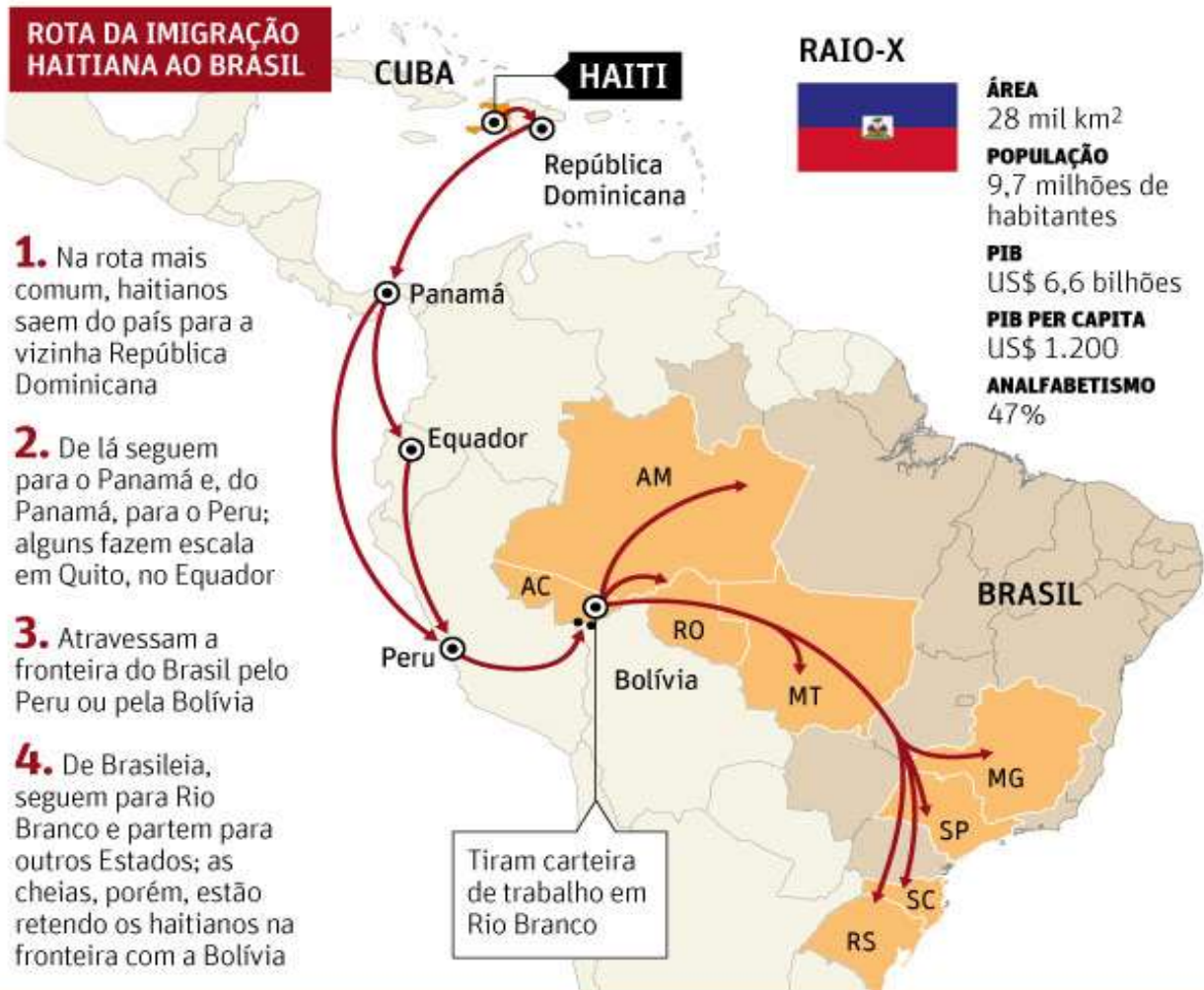
O processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana, e por via aérea chegam a Lima, Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos (PATARRA, 2012, p. 13-14).

A Figura 3 ilustra alguns dos caminhos que trazem o imigrante até o Brasil:

Figura 3 – Rota dos haitianos até o destino:

### A ROTA DOS HAITIANOS NO BRASIL

Número de imigrantes em Brasileia (AC) bate recorde



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/04/1439034-acre-vai-fechar-abrigo-para-imigrantes.shtml>

Conforme a figura 2, nota-se que os principais destinos dos imigrantes são os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e o próprio Acre, que consiste em porta de entrada para a imigração, que acaba ficando temporariamente com uma parcela dos imigrantes.

Durante as entrevistas, perguntou-se sobre como foi o trajeto entre Haiti e Brasil, segue a Tabela 5 com as respostas:

Tabela 5 – O que mais marcou na viagem.

Pergunta: O que marcou mais no trajeto até o Brasil?	
S1 - (M, 37)	“A viagem foi muito difícil, vim de avião até Equador e do Equador até o Peru, de ônibus. E do Peru para o Brasil, a parte mais difícil da viagem foi o trajeto, o caminho, entre Peru e Brasil, muitas montanhas, de ônibus muito tempo”. [sic]
S2 - (M, 33)	“A viagem foi primeiro República Dominicana, porque ainda não tinha liberado o visto, daí peguei um avião até a Colômbia, daí da Colômbia para a Bolívia e chega no Brasil. Daí fica na divisa um mês até saí visto, daí quatro dias até a cidade de Cascavel, onde trabalhei um ano na empresa Copacol, que faz frango, mas gasta muito dinheiro pra vir do Haiti até o Brasil”. [sic]
S3 - (F, 40)	“O que me marcou foi a distância, muito longe Haiti de Brasil.” [sic]
S4 - (F, 26)	“A viagem foi tranquila, mas demorada”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Marido gastou muito dinheiro pra buscar eu e nosso filho, viagem é muito longa”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Angústia de ir para onde você não conhece”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

Percebe-se que o deslocamento tem um custo alto em termos econômicos para o imigrante, conforme resposta de S2 e S5, muitas vezes é necessário um esforço conjunto de toda a família em termos de dinheiro para que este imigrante consiga pagar pela viagem.

Na resposta de S6 fica clara a preocupação com o local desconhecido, denotando um sentimento de não pertencimento. Parafraseando Santos (2002), o migrante passará a ocupar um território concreto, todavia este território está disposto em um espaço construído historicamente e socialmente pelos homens que o habitam. É um espaço permeado pelo modo de ver, pensar e agir particular e específico da sociedade que o ocupa. As pessoas que o habitam têm o sentimento de pertencimento a este espaço e território. O imigrante precisará inserir-se, desenvolver e conquistar espaços de pertencimento.

Ao serem perguntados sobre suas expectativas em relação ao Brasil, a força atrativa da oferta de trabalho se explicita na maioria das respostas, apontando para um deslocamento necessário à própria sobrevivência em vista a um país de origem completamente destruído e sem perspectivas. O desejo de melhora de vida também é fator relevante, há “[...] o desejo intrínseco da maioria dos homens de melhorar as suas condições materiais de existência [...]” (LEE, 1969, apud TRINDADE, 1995. p. 74-75).

Na entrevista, perguntou-se quais as expectativas em relação ao Brasil antes de suas vindas, as respostas estão na Tabela 6.

Tabela 6 – Expectativas em relação ao Brasil.

Pergunta: O que esperava do Brasil?	
S1 - (M, 37)	“Trabalho e uma vida melhor”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Vida melhor que o Haiti e trabalho”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Vim pra ficar com meu marido, ajudar ele, trabalhando e pra ter vida melhor”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Trabalho”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Vida e trabalho”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Trabalho, uma chance de vida”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

As respostas da Tabela 6 demonstram a satisfação do imigrante haitiano com o país de destino, no caso, o Brasil. Elas clarificam a precária situação do país de origem. E, mesmo diante do cenário desfavorável para o imigrante haitiano no Brasil, como já descrito anteriormente, os haitianos, de modo geral, apresentam-se otimistas com o país.

A catástrofe do terremoto deixou sequelas irreparáveis nas estruturas do Haiti, bem como nas questões emocionais de seu povo. Todavia, a produção dos fluxos de emigração dos haitianos possui imbricações históricas, como já discutido anteriormente, culminadas com o terremoto, que propulsionaram o fluxo. As respostas deixam clara a expectativa positiva dos imigrantes em relação ao Brasil, em detrimento de um país de origem com problemas históricos de dependência política, econômica e social.

Observa-se que a questão do trabalho perpetua a essência das respostas dos haitianos em todas as perguntas, pois o trabalho “[...] passou a significar um instrumento do valor e da dignidade humana [...]” (KRAWULSKI, 1998, p. 12).

Ao serem perguntados se o Brasil atendeu a suas expectativas, denota-se a grande desesperança em relação ao Haiti na maioria das respostas. E quando questionados se de fato o Brasil atendeu às expectativas sonhadas antes da viagem, os entrevistados responderam o que consta na Tabela 7.

Tabela 7 – Atendimento das expectativas

Pergunta: O Brasil atendeu a suas expectativas?	
S1 - (M, 37)	“Sim, eu gostei de Brasil, porque Haiti ficou tudo destruído, não tem trabalho”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Sim, porque aqui melhor que Haiti, tem trabalho”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Sim, sou mulher e sou uma das poucas mulheres com trabalho na empresa aqui em Caçador”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Ainda não consegue trabalho”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Sim, aqui tá melhor que Haiti”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Sim, consegui trabalho, só falta trabalho para mi esposa”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

Conforme pode ser observado, as respostas da maioria, com exceção de S4, são de atendimento à expectativa inicial de conseguir trabalho. É possível verificar a insatisfação em relação ao campo de trabalho para a mulher haitiana.

Quando perguntados sobre porque escolheram Caçador como local de trabalho e moradia, bem como suas vivências neste município, os entrevistados responderam, conforme os relatos na Tabela 8.

Tabela 8 – Caçador como destino

Pergunta: O que o/a trouxe para Caçador?	
S1 - (M, 37)	“Escolhi Caçador, porque fiz uma pesquisa no Google e apareceu Caçador, cidade pequena, mas bem tranquila, tem segurança, não é grande como Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba é pequena e não tem violência, tem segurança. Caçador tem frio que no Haiti não tem, mas é cidade tranquila”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Quando chego no Cascavel pra trabalhá na empresa que faz frango, chama Copacol, eu ouvi falar de Corfio, em Caçador, mas eu não conhecia nada do Caçador, não conhecia ninguém, só tinha ouvido falar de Corfio, daí veio para Caçador e foi Corfio falá que quer trabalho e Corfio cuidô bem de mim e trabalho em Corfio”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Não foi eu que escolhi Caçador, foi meu marido que escolheu, porque eu vim bem depois que ele para Caçador, com nossa filha”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Tinha conhecidos que vieram pra Caçador daí vim também”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Vim pra Caçador porque meu marido já estava aqui, vim pra trabalhar e ajudar ele”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Quando chegar aqui, pensei muito no meu país “como as pessoas do meu país vão ir bem se não tem trabalho?” Porque a pessoa precisa de trabalho e estudo pra ir pra frente. Vim pra Caçador porque um amigo falou de Corfio, daí vim, não consegui trabalho na Corfio, mas trabalho na Três Irmãos, é um bom trabalho”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

As respostas exaltam a necessidade de habitar em um local que tenha segurança, mas que sobretudo ofereça possibilidades de trabalho e proteção conforme o relato de S1 e S2, coadunando com as releituras de Paul Singer (1973) acerca de Marx, quando explica os processos migratórios sendo movimentos de expulsão e atração de mão de obra.

A maioria das respostas reforçou a teoria das redes sociais, pois S3, S4, S5 e S6 chegaram até Caçador por indicação de amigos ou parentes.

Ao que se refere à facilidade de mobilidade populacional, em decorrência de acessos tecnológicos, evidencia-se a resposta de S1, que conheceu virtualmente o local de destino.

### 3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Quanto à essência do trabalho, destaca-se a definição de Marx:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade [...]. Ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza (MARX, 1979, p. 118).

Sabe-se que o conceito primo de Marx em relação ao trabalho se direciona para o trabalho no viés das relações entre o homem e a natureza, conceito esse esgotado quando o trabalho passa a ser historicamente condicionado como elemento principal do modo de produção, seja escravista, feudalista ou capitalista. Nos modos de produção, tem-se o trabalho como uma matéria de exploração e degradação, onde percebe-se, nessa relação, a exploração do ser humano sobre outro ser humano. Nessa lógica, o trabalho é visto como uma mercadoria qualquer.

E refletindo mais além, o trabalho consiste na usurpação do tempo de vida do trabalhador empenhado na produção das coisas, em detrimento do lucro. “O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção” (OLIVEIRA, 1995 p. 6). De outra forma, os meios naturais da definição de Marx acerca do trabalho são substituídos pelos modos de produção.

Para Max Weber (2015, p. 174), em seus estudos acerca especialmente da religião, afirma que “o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida”.

Reflexões contemporâneas diante das conceituações sobre trabalho apontam que:

O trabalho – que é a ação transformadora do homem sobre a natureza – modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja. É nesse sentido que dizemos que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura (ARANHA, 1996, p. 37).

Tendo em vista as afirmações de Aranha, conclui-se que o trabalho é a produção da cultura humana. Desta maneira, o ser humano se sente protagonista da história quando trabalha, mesmo nas condições de exploração, degradação e alienação descritas por Marx no modo de produção capitalista.



Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1983, p.149-150).

#### Entende-se por alienação, conforme Marx:

Alienação, para Marx, diz respeito ao estado ou ação pelo qual um indivíduo, um grupo ou uma instituição, se tornam ou permanecem alheios, estranhos (portanto, alienados) aos resultados ou produtos de sua própria atividade – ou ainda, à natureza na qual vivem, a outros seres humanos, ou a si mesmos. [...] O trabalhador se relaciona com o processo e o produto do seu próprio trabalho como a um objeto estranho (BEZERRA, 2006, p.121).

Ao questionamento sobre as condições de trabalho em Caçador, é possível verificar que o trabalho, de fato, é importante meio de sobrevivência no caso haitiano, além de instrumento de afirmação social e de prover o sustento dos seus, aqui ou no Haiti, seguem os relatos na Tabela 9:

Tabela 09 – Motivo da Escolha do Brasil como Destino

Pergunta: Como são as condições de trabalho no Brasil e em Caçador? Quais as principais dificuldades para o imigrante haitiano?	
S1 - (M, 37)	“No trabalho sentimos que os brasileiros têm prioridade, nós entende porque o Brasil é dos brasileiros. Eu estou trabalhando, mas tem o problema das empresas que não quer contratá as mulheres haitianas porque dizem vai dar problema, mulher haitiana engravidada, daí dá problema”. [sic]
S2 – (M, 33)	“Dificuldade de trabalho para as mulheres, mulher haitiana faz ficha na empresa, mas empresa nunca chama mulher haitiana. Eu trabalho em Corfio”. [sic]
S3 – (F, 40)	“Dificuldade de trabalho para mulheres”. [sic]
S4 - (F, 26)	“O que mais atrapalha porque não falo português”. [sic]
S5 – (F, 34)	“Trabalho de diarista porque a empresa não me chama porque sou mulher”. [sic]
S6 – (M, 35)	“Não tem trabalho para as mulheres e não trabalhamos na profissão que era lá no Haiti, nós trabalha em qualquer coisa, importante ter trabalho”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

Conforme pode ser observado em S1 e S2, os imigrantes do gênero masculino estão todos trabalhando no Brasil, as respostas corroboram para o discurso de discriminação de gênero e a diferença nas oportunidades entre homens e mulheres, como já descrito anteriormente, este discurso pode ser observado em todas as respostas.

A questão do idioma também aparece como uma dificuldade para o mercado de trabalho, conforme resposta de S4. Outro fator relevante chama a atenção para a não valorização da profissão do país de origem como parâmetro para as contratações no Brasil como se confirma na resposta de S6, que quer vender seu trabalho e para ele não importa em qual função, apenas quer vendê-lo, concordando com o discurso de Marx, que entende o trabalho como mercadoria.

### 3.3 CIDADANIA E NÃO CIDADANIA: QUE TIPO DE CIDADANIA O BRASIL OFERECE AO IMIGRANTE HAITIANO (POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO)

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pregue uma cidadania universal para os seres humanos, em 2018, ainda se está distante desta realidade, não só no Brasil, mas na maioria dos países do mundo. Não obstante, afirma-se que, muitas vezes, os estrangeiros, especialmente os imigrantes, são vistos pelos países de destino como incômodos, ora por ocuparem postos de trabalho dos natos, ora pela gama de vulnerabilidades que trazem consigo quando da situação que se encontravam nos países de origem. Novamente, evocam-se, nesse contexto, a dualidade de olhares sobre os impactos sociais no destino e origem dos migrantes:

As condições geográficas de sua existência entram assim em uma fluidez, e como a humanidade só pode adquirir a existência que nós reconhecemos nela devido à sua mobilidade, as mudanças de lugar no sentido estrito, a migração, produzem pelas suas interações uma multitude de consequências das quais apenas um pequeno número poderá ser enumerado aqui. Do ponto de vista sociológico, o critério fundamental de classificação desses fenômenos é: quais formas de socialização estabelecem-se em um grupo migrante em contraste com um grupo fixo no espaço? Quando um grupo, não todo ele, mas alguns de seus elementos migram, que formas resultam disso para o grupo como um todo e para as pessoas que migram? (SIMMEL, 1999, p. 649).

Aí se encontram as discussões acerca de pertencimento e cidadania na sociedade de destino. Percebe-se que os direitos de cidadania, principalmente ao estrangeiro, não só no Brasil, mas em todos os Estados mundiais, estão intrinsecamente ligados às relações de poder e interesses políticos. Para confirmar esta hipótese, cita-se Meyer, que afirma:

[...] que cidadania e nacionalidade não estão vinculadas a direitos naturalmente adquiridos em função de lugares de nascimento e/ou tradições culturais, ou ainda de princípios jurídicos transcendentais, mas constituem fatos políticos intensamente disputados, que têm efeitos muito concretos na vida dos indivíduos que estão em luta por eles (ou destituídos deles) (2000, p. 72).

Fato é que os emigrantes de países pobres se tornam muitas vezes invisíveis ou excluídos nos países de destino, tornando-se especialmente como única “utilidade”, servir como mão de obra de baixo custo, ilegal ou em condições análogas à escravidão.

Neste interim, o imigrante se constitui como ocupante de um território no local de destino, todavia nem sempre sujeito de direitos.

A afirmação de que a imigração constitui, no século XXI, a principal fronteira dos direitos humanos convida à reflexão e sugere duas ideias: a primeira, de que a

imigração está pondo à prova a capacidade do mundo de universalizar os direitos humanos; a segunda, de que a imigração está desvelando a face dupla com que atuam os países centrais, generosos quando se trata de plasmar declarações internacionais de direitos humanos, mesquinhos na hora de fazer efetivos esses mesmos direitos dentro dos seus próprios territórios. Com pouquíssimas exceções, as políticas de imigração dos países centrais estão sendo construídas de cima para baixo e tendem a funcionar como políticas repressivas e excludentes, com práticas que priorizam o controle de fronteiras sobre a integração dos imigrantes. Assim, nesses países, conquanto desfrute de certa proteção social, o estrangeiro legalmente admitido costuma ser acolhido com os braços fechados, o que resulta em uma integração incompleta e de má qualidade (SCHWARZ, 2009, p. 181).

Cabe perguntar, na dualidade entre os direitos humanos e os direitos de cidadania: todos somos humanos, mas só alguns são cidadãos?

No Brasil, a Constituição de 1988 em vigor, em seu artigo primeiro, estabelece a cidadania como um de seus fundamentos, bem como a dignidade da pessoa humana:

#### TÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, p.1)

De forma semelhante, Silva (1998, p. 3) conceitua a dignidade da pessoa humana como “um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida”

Direitos fundamentais são o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou status social. Sem os direitos fundamentais, o homem não vive, não convive, e, em alguns casos, não sobrevive (BULOS, 2008, p. 404).

Importam, para um entendimento nos questionamentos de cidadania e não cidadania, especialmente no caso haitiano, algumas diferenciações entre as categorias: Estado, Nação, Nacionalidade e Povo.

O Estado é ente jurídico, note-se o artigo primeiro da Constituição Brasileira, que se refere ao Brasil como Estado Democrático de Direito, ou seja, um ente jurídico.

Já nação tem conotação de afinidade, explica-se:

Pode-se definir nação da seguinte maneira: comunidade de base histórico-cultural comum, composta por indivíduos aliados pela identidade de interesses e pela vontade de viver em comum, os quais, em regra, nasceram neste ambiente cultural de tradições e costumes, geralmente expressos por uma língua comum e por um mesmo conceito de vida. De nação surge também a ideia de pátria, e então de patriotismo, que denota tal simpatia mútua, o amor e apego às mesmas tradições e às mesmas aspirações de grandeza futuras, em unidade e permanência coletivas. Nação, pois, seria a comunidade, e patriotismo, o sentimento de defesa e aspiração de engrandecimento desta comunidade (ALVES, 2006, p.15).

De outra maneira, o Estado é a representação de um povo perante os outros Estados e seu próprio povo, já nação é representatividade social.

O povo é um dos componentes do Estado, ou seja, é ente jurídico, conforme se lê na Constituição de 1988 no artigo sobrescrito “ todo poder emana do povo” (BRASIL, 1988, p. 1) Sendo assim, explica Alves (2006, p. 17) que povo “é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, os quais são designados cidadãos. Desta forma, nação se distingue de Estado e de povo. Aquela é uma realidade social, empírica. Estes são realidades jurídicas”.

A nacionalidade está relacionada ao pertencimento de uma pessoa a uma nação, significa que esta pessoa compartilha de vínculos históricos e culturais com seus iguais. Normalmente, a nacionalidade é definida por leis próprias de cada país. No Brasil se dá por nascimento (nascer no território) ou por descendência (não importa onde nasceu, mas de quem é filha).

Estas conceituações breves acerca dos termos Povo, Estado, Nacionalidade e Nação subsidiam, portanto, as discussões sobre cidadania que se apresentarão na sequência desse trabalho.

Conforme o estudo da Constituição de 1988, observa-se que o estrangeiro, neste caso o imigrante, ora é citado, na Carta Magna, como incluso no conceito de igualdade para com os brasileiros, ora restringe direitos a apenas brasileiros. Observa-se, por exemplo, o artigo quinto “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p. 1). O princípio de igualdade destacado neste artigo presume que, na prática cotidiana social, assim o deveria ser.

Explica-se: na contemporaneidade as concepções acerca da cidadania evoluíram muito desde a clássica concepção aristotélica, portanto, observa-se a terminação “cidadania” em dois vieses: “Cidadania como substantivo coletivo de cidadãos e cidadania como característica individual própria ao cidadão” (SILVA PINTO, 2003, p. 196).

De modo parecido, Arendt (2000, p. 61) define que

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Alves (2006, p. 25) chama a atenção para a grafia das palavras cidadania e Cidadania:

Observe a diferenciação de grafia, uma vez que o termo “Cidadania” em sentido coletivo é escrito com inicial maiúscula, ao passo que “cidadania” como qualidade do cidadão é escrita em letra inicial minúscula. Uma vez tomada a Cidadania como substantivo coletivo de cidadãos, tem-se em decorrência o Direito da Cidadania, preenchido pelos princípios da dignidade, igualdade e liberdade, bem como os direitos da Cidadania destes surgidos, a saber, direitos civis, políticos e sociais.

Da mesma maneira, entende-se Cidadania como o conjunto de direitos difusos e coletivos, que pode ser usufruído por todos cidadãos, por um grupo deles ou por um único cidadão. Por exemplo:

O Direito da Cidadania não é apenas Público, mas é também Direito Difuso. Corresponde a todos os cidadãos, sendo então superior ao particular. Com efeito, além de ser direito de todos (e.g.: direito ao meio ambiente equilibrado), pode ser também direito de uma coletividade definida (e.g.: população ribeirinha) e também direito de um indivíduo (e.g.: habitante da marginal do rio). Assim, é Direito Público Difuso, pois pode ser exercido por toda a Cidadania, por parte dela ou por um cidadão (ALVES, 2006, p. 20).

Já a cidadania compreende apenas a qualidade do cidadão. Concordando,

Portanto, cidadania em seu sentido individual (objetivo) é a qualidade de todo o cidadão em decorrência da estatalidade. É a esfera jurídica atribuída ao cidadão, composta por direitos e deveres políticos, civis e sociais. Em seu sentido coletivo (subjeto), Cidadania é o conjunto de cidadãos, termo correspondente a povo (elemento humano do Estado, titular da Soberania). É também Direito Público Difuso, do qual defluem os direitos da Cidadania (SILVA PINTO, 2003, p. 197).

As duas maneiras de cidadania ou Cidadania excluem os estrangeiros, pois, para a Constituição brasileira, estrangeiro não é eleitor e nem pode se eleger, conforme seu artigo 14. Já o artigo quinto evoca o princípio de igualdade independentemente de origem,

sexo, raça. Na prática, o estrangeiro vivencia uma pseudocidadania, com apenas acesso a algumas políticas públicas de caráter universal e acesso a postos de trabalho, especialmente para os homens.

Concordando com os preceitos de uma cidadania universal, com base nos processos de globalização que intensamente permeiam o mundo, Avritzer (2002, p. 22) explica a teoria de Santos (2000),

Em uma segunda formulação, a questão da cidadania, especialmente no que tange ao problema dos direitos humanos, é recuperada a partir de um eixo de contra-globalização [sic] expresso pelas categorias de cosmopolitismo e herança comum, categorias essas que ligam o problema da cidadania e da emancipação a uma dimensão abstrata formada pela generalidade e pela universalidade das formas de interação criadas pelo próprio processo de globalização.

Ainda Avritzer (2002, p. 25) explica a cidadania ideal a partir das teorias de Habermas (2001) e Guidens (1997), ambos discutem as relações da cidadania no mundo globalizado a partir de Weber (2015) e Marx (1979):

Seria possível pensar no mundo em globalização em duas categorias de cidadania abstrata: a primeira delas é uma cidadania legal transnacional, capaz de dar direitos civis perante os tribunais às pessoas que estão provisoriamente ou permanentemente sem cidadania. A segunda categoria seria de uma cidadania social transnacional, capaz de assegurar no plano internacional direitos sociais e especialmente condições mínimas de trabalho para que as mercadorias possam circular internacionalmente.

De outra forma, parafraseando Avritzer (2002, p. 25), o caminho mais adequado no mundo globalizado seria a categoria abstrata de um cidadania desterritorializada, uma cidadania universal.

Na resposta à pergunta sobre a principal dificuldade no Brasil, percebe-se que “conseguir trabalho”, principal motivo do deslocamento dos haitianos, foi a resposta mais citada. Todavia, parafraseando Martins (2002, p. 33), o trabalho sempre foi uma necessidade do ser humano como afirmação social e inclusão, porém, sabe-se que nem sempre o trabalho é sinônimo de inclusão total. A pessoa pode estar inclusa no mercado de trabalho (pois precisa sobreviver), no campo econômico, mas excluída, de fato, do campo social.

Inclusão presume pertença, presume direitos e deveres em uma sociedade, presume exercício da cidadania. No entanto, Bobbio (1999, p. 45) assim explica a cidadania na contemporaneidade: “a cidadania é uma luta diária, e que hoje não basta

apenas elencar e fundamentar direitos, é preciso efetivá-los. Este é o desafio de nosso tempo”. Assim, juridicamente, para o Estado brasileiro:

[...]cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático (BONAVIDES; MIRANDA; AGRA, 2009, p. 55).

A condição de trabalhador presume para o imigrante a condição de cidadania, muitos imigrantes se sentem “parte” do espaço e visíveis para o Estado quando trabalham “[...] para gozar dos direitos é preciso trabalhar formalmente com carteira assinada, a cidadania é limitada à condição de empregado [...], ser trabalhador passa a ser um atributo para ser cidadão (BEZERRA, 2005, p. 70).

Historicamente, o trabalho tem conotação de status de ascensão social, de produtor de riquezas, de importância social e também sinônimo de prover. Conforme destaca Bezerra (2006, p. 135):

[...] pensar, por exemplo, o que significa a materialidade e simbolicamente estar fora do mundo do trabalho se instituiu como uma esfera de realização de um direito permanecer à margem no qual a ética do prover se realiza é sinônimo da negação de prover a vida. O direito ao trabalho na nossa sociedade não se restringe ao conjunto de leis, nem mesmo, a própria relação formal de trabalho. O que queremos dizer com isso é que ele determina o acesso a um conjunto de satisfações simbólicas que estão no campo da afirmação social de valores. O direito ao trabalho representa um conjunto maior de ramificações em torno do que ele torna possível a viabilização do reconhecimento, de prover a família, de construir identidade (BEZERRA, 2006, p.135).

Assim, nas respostas obtidas e apresentadas na Tabela 10, é possível verificar a necessidade do trabalho para a sobrevivência dos imigrantes e quiçá de seus conterrâneos, que necessitam das remessas de dinheiro provenientes do Brasil, presumindo, na visão do imigrante, trabalho como cidadania. Os sujeitos dessa pesquisa apontam as dificuldades para conseguir trabalho, especialmente para as mulheres.

Tabela 10 – Dificuldades no Brasil

Pergunta: Qual foi a sua principal dificuldade ao chegar no Brasil?	
S1 - (M, 37)	“Conseguir trabalho”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Conseguir o visto, porque saiu de Haiti sem as documentação de visto”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Não tem dificuldade, porque marido já estava aqui, daí eu vim com nossa filha e já estava tudo certo”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Trabalho para as mulheres, eu procurei trabalho nas lojas de roupa aqui, porque tenho experiência, mas não falo português, daí ficou difícil”. [sic]
S5 - (F, 34)	“O trabalho e o idioma”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Um trabalho para minha esposa”. [sic]

Fonte: Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

Como já afirmado, somente o trabalho não consiste condição de cidadania. Importa destacar que, nos dados coletados, vê-se que a não existência de uma política educacional voltada para o ensino da língua portuguesa influencia de modo direto na conquista de postos de trabalho. Denota-se que o município de Caçador, assim como o Brasil, não oferece uma política educacional voltada ao imigrante no sentido de inseri-lo socialmente.

Ao serem questionados a respeito do acesso às políticas públicas de caráter universal, como saúde e educação, as respostas obtidas encontram-se descritas na Tabela 11.

Tabela 11 – Acesso às políticas públicas

Pergunta: Você acessa políticas públicas universais como saúde e educação?	
S1 - (M, 37)	“Sim, mas vejo que quando vai posto e hospital atende primeiro os brasileiros e deixam haitianos por último”. [sic] Nunca precisei médico, mas era bom se tivesse curso de português ajudava muito”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Sim, tem acesso, mas saúde atende primeiro os brasileiros, haitiano tem que esperá”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Tenho acesso sim, filhos estudam na escola do Brasil, filhos nasceram no Brasil e falam português, quando precisa médico vai no posto, mas é atendido depois dos brasileiros”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Nunca precisei médico, mas era bom se tivesse curso de português ajudava muito”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Sim tem acesso”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Sim, filhos pequenos vão pra escola, sem problemas, são brasileiros nossos filhos. Mas médico atende primeiro brasileiros, depois haitianos”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa realizada entre janeiro e março de 2018.

Infere-se que S1, S2, S3 e S6, quando acessam a política de saúde, não possuem igualdade de tratamento, sendo atendidos por último nos órgãos de saúde pública. Entende-se que a saúde, conforme a Constituição de 1988, constitui-se como uma política de caráter universal assim como a política de educação:

A Constituição Federal de 1988, em seu título II, contemplou um elenco bastante amplo de direitos e garantias fundamentais, na esteira de seu reconhecimento e afirmação no curso da história. Foram estatuídos os tradicionais direitos à vida, liberdade e propriedade, bem como os direitos políticos, sociais, econômicos e culturais, com a inclusão ainda de alguns dos direitos decorrentes das novas reivindicações do gênero humano, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida (LIVIANU, 2009, p. 39).

Quanto à questão da educação, S3 e S6 acessam a escola para seus filhos e S1 e S4 evidenciaram como prioridade na área educacional quanto ao curso de português, confirmando o que afirma Livianu (2009, p. 59):



A educação constitui um poderoso instrumento de inclusão, pois o art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos vincula o direito à educação ao objetivo do pleno desenvolvimento da personalidade humana. A ideia é encontrada também no art. 22, segundo o qual toda pessoa tem direitos sociais, econômicos e culturais “indispensáveis [...] ao livre desenvolvimento de sua personalidade”, e no art. 29 que estabelece: “Toda pessoa tem deveres perante a comunidade, onde – e somente onde – é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade”.

Desta maneira, conclui-se que a questão das áreas das políticas públicas, embora acessadas parcialmente pelos imigrantes têm falhas, como a discriminação em detrimento aos brasileiros na área da saúde e a não observação das necessidades reais quanto ao campo educacional, sendo necessidade prima o acesso ao aprendizado do idioma.

Allport (1954) define o preconceito étnico como uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível que pode ser sentida ou expressa e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele faz parte daquele grupo.

Com base nesta breve reflexão sobre cidadania e não cidadania observa-se o distanciamento brasileiro para uma cidadania universal.

### 3.4 ASPECTOS FAMILIARES: DESAGREGAÇÃO FAMILIAR E AFETIVA

A imigração haitiana como já relatado anteriormente, traz em seu bojo principal a busca por trabalho do imigrante e, especialmente, o sustento de seus familiares que permaneceram no território de origem. Refletir sobre o imigrante, para Martins (2003, p. 145), é refletir sobre o “conjunto da unidade social de referência do migrante que se desloca”. Pois, os que ficam “padecem as consequências da migração, embora não sejam estatisticamente migrantes. Todos vivem cotidianamente o sonho do reencontro”.

Conforme o psiquiatra espanhol, Joseba Achotegui (2004, p. 39-53), os imigrantes passam por um grande estresse emocional e psíquico quando da partida e quando da chegada, entre os principais motivos do estresse e até problemas mais graves, como a depressão, estão os processos de luto migratório. Existem sete tipos de luto:

1. o da família e dos entes queridos;
2. o da língua;
3. o da cultura;
4. o da terra;
5. o do status social;
6. o do contato com o grupo de pertencimento;
7. o dos riscos para a integridade física.

Sendo assim, muitos imigrantes conseguem depois, de certo tempo, superar a fase do luto. Todavia, existem os que não superam, fator que pode se agravar causando dor emocional. A seguir, apresentam-se os dados sobre esse aspecto, na Tabela 12:

Tabela 12 – Saudades e proventos para a família

Pergunta: Quem você deixou no Haiti? Você manda dinheiro para os familiares?	
S1 - (M, 37)	“Família: pai, mãe, irmãos, irmãs e uma filha, agora consegui juntar dinheiro pra trazer minha esposa para morar comigo, sempre manda dinheiro pra ajuda a família no Haiti”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Família: deixa tudo mi família, quando eu vir pra Brasil eu deixa mi esposa grávida de um mês em Haiti, só conheci mi filho por celular e WatsApp, agora faz um quase um ano que ele e minha esposa estão aqui comigo, ele tem cinco anos. Sempre que pode eu manda dinheiro pra Haiti”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Deixei pai, mãe, irmãos, toda família minha, sinto saudade da comida”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Deixar tudo pra trás, toda família, não mando dinheiro porque sou mulher e estou sem trabalho”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Ficou toda família, sempre que podemos eu e meu marido mandamos dinheiro para eles”. [sic]
S6 - (M, 35)	“Deixamos tudo, nosso país, família, pra busca vida melhor”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa entre janeiro e março de 2018.

Ao questionamento referente às suas famílias que ficaram no Haiti e como é sua relação com as mesmas, se enviam dinheiro para os familiares, os entrevistados responderam maciçamente para a desagregação familiar com a saída do Haiti, tendo comunicação com estes via redes sociais. S1, S2 e S5 enviam dinheiro para os familiares que ficaram no Haiti. Nota-se que as famílias eram muito numerosas no país de origem e que a remessa de valores mensais significa o alimento para estas pessoas que ficaram.

Os haitianos que emigram para o Brasil vêm em busca de trabalho, em geral, a fim de se manterem e enviarem dinheiro às suas famílias no Haiti. Conforme o Banco Mundial (<https://oglobo.globo.com> ›), as remessas internacionais para o Haiti alcançaram US\$ 1,82 bilhões em 2012. Os que trabalham no Brasil, em média, enviam R\$ 500,00 por mês para o Haiti.

A pergunta da entrevista tem a ver com os sentimentos do imigrante quanto ao país de destino e à ocupação deste novo território. Verifica-se que, embora existam dificuldades, como já descrito nas questões anteriores, os imigrantes apresentam-se felizes, em maioria.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e do exercício da vida. (SANTOS. 2006, p. 140).

Por meio da entrevista, intui-se que os imigrantes veem o Brasil como um lugar melhor que o Haiti, concordando com as respostas apresentadas na Tabela 13:

Tabela 13 – Sobre felicidade

Pergunta: Você é feliz no Brasil?	
S1 - (M, 37)	“Sim, se tem saúde, trabalho e família, todo mundo pode dizer que é feliz, mas não é felicidade completa, porque estar longe de família e de seu país não é bom, longe dos costumes”. [sic]
S2 - (M, 33)	“Tem uns dias feliz, outros não é feliz, porque quando lembra de meu pai e de minha mãe dá muita saudade”. [sic]
S3 - (F, 40)	“Sim sou feliz”. [sic]
S4 - (F, 26)	“Apesar de tudo, sou feliz no Brasil”. [sic]
S5 - (F, 34)	“Sim, sou feliz, porque aqui é melhor que o Haiti, porque Haiti tem só destruição”. [sic]
S6 - (M, 35)	Sou feliz, tem trabalho, consegui trazer a esposa e a filha pra ficá comigo, então sou feliz”. [sic]

**Fonte:** Pesquisa entre janeiro e março de 2018.

Para clarificar estas respostas, aporta-se às definições sobre felicidade como o bem-estar da pessoa e parte-se de duas dimensões:

Partimos do princípio que o bem-estar humano é composto por duas dimensões básicas: a dimensão objetiva e a subjetiva. A dimensão objetiva é aquela passível de ser publicamente apurada, observada e medida por fora, e que se reflete nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, criminalidade, etc... A dimensão subjetiva consiste na experiência interna de cada indivíduo, isto é, tudo aquilo que passa em sua mente de forma espontânea, que ele sente e pensa sobre a vida que tem levado (GIANETI, 2002, p. 32).

O tema felicidade evoca o que reside na essência da alma humana e fica claro, com a resposta de S3, S4, S5 e S6, que, mesmo diante de todas as mazelas brasileiras em termos de acolhimento e inserção de imigrantes haitianos, esses sujeitos, em maioria, sentem-se felizes.

Evidencia-se, nas respostas, a felicidade incompleta por causa da ausência ou saudade de familiares, como se vê nas respostas de S1 e S2, ou seja, embora tendo algumas qualidades objetivas de bem-estar, como o trabalho, por exemplo. Fica evidente que as questões subjetivas permeiam o viver destes imigrantes.

Outra análise acerca da descrição aponta para as duas dimensões de bem-estar ou felicidade para o imigrante, como por exemplo, na fala de S6, que coloca sua felicidade em ter trabalho (dimensão objetiva) e a família consigo (dimensão subjetiva). Já S5 deposita no Brasil sua felicidade por ser um lugar onde ele não vê o cenário de destruição do país de origem (dimensão subjetiva).

Dessa forma, conclui-se a apresentação dos dados qualitativos, passando às considerações finais, que apontam constatações acerca dos dados coletados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou trazer elementos das vivências e expectativas da imigração haitiana, a partir de reflexões e análises, desde a saída do Haiti até sua chegada a Caçador – Santa Catarina – Brasil.

A primeira parte do problema da pesquisa que visava quantificar os imigrantes haitianos em Caçador- Santa Catarina, não foi possível realizar. Isso por dois motivos: primeiro pelo fato de que a contagem se daria junto aos setores de Recursos Humanos das dez principais indústrias de Caçador. Todavia, houve dificuldade na aceitação da pesquisa junto a estes locais. A segunda condição deve-se ao fato de que, ao adentrar as moradias dos imigrantes para coleta de dados, verificou-se que, em um local com vinte pessoas, oito eram mulheres e, destas, sete estavam sem trabalhar. Ou seja, não seria possível quantificar com aproximação os imigrantes haitianos no município, visto que grande parcela destes se encontra desempregada.

Como pode ser constatado pelas descrições bibliográficas e da pesquisa de campo nesta dissertação, os movimentos migratórios estão intensamente modificando os mapas demográficos, geográficos, sociais, políticos e econômicos do mundo hoje, pois categorizam essa nova onda migratória, amparada pela facilidade de comunicações e pela globalização, como transnacionalização e seus atores como transmigrantes. A sociedade e os seres humanos estão em constante movimento.

Juntamente com o processo migratório, surge uma gama de problemáticas que vão afligir o local de origem, o local de destino e o próprio imigrante. A construção de novos espaços de identidade e pertencimento, a recepção da sociedade de destino, a inserção social, especialmente a questão de exercer ou não os direitos de cidadão, a conquista de trabalho, o impacto social para a sociedade de destino são alguns elementos que permeiam este complexo fenômeno.

Evidencia-se que muitos teóricos buscaram explicar por que os seres humanos migram. Verificou-se, ao final dessa pesquisa, que, de fato, nenhuma explicação está conclusa devido à complexidade do tema, percebe-se que todas se complementam. A teoria, com base em Marx, defendida por Paul Singer (1973, p. 222), de expulsão e

atração de mão de obra, por força do sistema capitalista, a teoria dos neoclássicos onde os imigrantes se movem de acordo com suas redes sociais, a teoria dos novos economistas, que defende que países que possuem programas sociais e políticas que se estendem aos estrangeiros são atrativos. Há, ainda, as explicações de Bauman (2005, p. 12), que assegura o imigrante ser resíduo humano produzido pelo capitalismo. Bem como o movimento da vida social pregado pelo filósofo Heráclito. Todas essas teorias foram confirmadas quando se entrevistaram os haitianos que emigraram do Haiti para Caçador, Santa Catarina, Brasil.

O Haiti, historicamente, tornou-se um “produtor” de emigrantes, ou seja, de mão de obra, especialmente em quatro momentos específicos, quando o país teve sua situação econômica, social e política muito instável. Na pesquisa bibliográfica, ficou clara a emigração rumo ao Brasil, após o terremoto em 2010, que agravou sobremaneira a situação já precária daquele país.

O apanhado histórico apresentado nesse trabalho esclareceu que os haitianos pagam, até os dias de hoje, um preço alto por sua independência negra. O fato de escravos terem feito a independência do país trouxe consigo um estigma para os anos subsequentes. Houve muita influência externa, especialmente na política e economia do país, fatores que contribuíram para a decadência do Haiti, visto que, enquanto colônia, era grande produtor de diversos produtos, sobretudo agrícolas.

Apresenta-se, em 2017-2018, como um dos mais pobres países do mundo, com altas taxas de desemprego que beiram, segundo a ONU, 80%, pouco saneamento básico, agricultura desestruturada e precária, epidemias, fome, miséria, corrupção e ausência total do Estado. Recorrentemente, vem sendo afetado por catástrofes naturais como ciclones e terremotos, fatos que contribuem para que seu povo procure alternativas de territórios na busca por melhores condições de vida e dignidade.

A escolha pelo Brasil se deu principalmente pelos atrativos de trabalho nas construções para a copa do mundo de futebol (2014) e as Olimpíadas (2016), bem como pela facilidade de obtenção do visto de permanência e a imagem que o Brasil passava para os outros países, de país estável, com oferta de trabalho não só no setor da construção civil, mas também alimentício, além de políticas sociais estendidas aos

estrangeiros. Outros migraram por indicação de familiares e conhecidos que já estavam no Brasil.

Dentre os entrevistados, verificou-se que todos deixaram familiares no Haiti e que a maioria envia remessas de dinheiro para aquele país, notou-se também que muitos imigrantes estão juntando dinheiro e trazendo seus familiares, para consigo e, de maneira especial, esposas e filhos. Apontando desta maneira que o movimento migratório persiste timidamente. Outro aspecto diz respeito à questão da felicidade, que se mostra incompleta pela saudade dos seus.

Importante destacar a organização das moradias no Brasil, sendo estas, espaços divididos por várias pessoas ou famílias, no sentido de baratear as despesas com aluguel. Quanto às políticas públicas brasileiras universais, os imigrantes as acessam, mas com algumas dificuldades, como o idioma e discriminação. Se faz primaz destacar que o imigrante chega ao Brasil sem intenções de estudar, intenções educacionais, e sim com intenções de venda da mão de obra, ou seja, de trabalho.

Observou-se que o acesso ao trabalho significa para os imigrantes a dignidade tão esperada no seu país de origem, embora o trabalho não se apresente para o imigrante e quiçá para o brasileiro, categoria de cidadania, mas oferece a possibilidade de moradia e alimento.

O imigrante haitiano tem consciência de que o Brasil apresenta muitas dificuldades para eles, como as barreiras para a mulher haitiana conseguir trabalho e a não oferta de cursos de português para a inserção social destas. Mas releva-se informar que a situação do povo haitiano, no Haiti, é tão precária que, para qualquer lugar do mundo que se desloquem, haverá condições melhores que as que estão postas no país de origem.

O Brasil que o imigrante haitiano encontra é também um país com muitos desempregados, grande desigualdade social, baixa escolaridade, oferta de serviços de políticas universais, como saúde e educação extremamente problemáticos.

Em Santa Catarina, encontram-se índices de qualidade de vida significativos em comparação com o Brasil, além de oferta maior de trabalho, porém, no município de Caçador, a realidade a ser apresentada reflete números parecidos com os do nordeste brasileiro, dentre eles, os baixos índices educacionais e de saúde, bem como a pouca

oferta de trabalho para as mulheres, apesar de figurar entre os 15 primeiros municípios em oferta de trabalho, a preferência é pelo sexo masculino.

As indústrias do município são especificamente do setor da madeira e seus derivados, como papel, papelão e compensados, também se destaca a indústria de fios. A média salarial per capita apresenta dados de 2015, em que o município aparece na posição 33 de 36 municípios analisados, tendo 25,11% dos domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo (CADERNO DE INDICADORES SOCIAIS, 2015, p. 150).

Denota-se, portanto, uma estruturação deficitária e exploratória da produção das coisas em Caçador, não há trabalho para todos. Os que ocupam um posto de trabalho recebem, em sua maioria, baixos salários. Ou seja, o principal objetivo de vinda do imigrante, que é o trabalho, encontra-se escasso no município. Não há preparo ou mesmo serviços públicos específicos para receber o imigrante haitiano.

De outra maneira, o emigrante saiu de seu país e veio para o Brasil, mas sua questão social não está solucionada.



## REFERÊNCIAS

- AAKER, et al. "**Marketing Research**" (7th Ed.). New York: Jhon Wiley E & Sons, Inc., 2001.
- ACHOTEGUI, Joseba. "Estrés Límite y Salud Mental: El Síndrome del Inmigrante com Estrés Crônico y Multiple (Síndrome de Ulises)". **Revista "Norte" de salud mental de la Sociedad Española de Neuropsiquiatría**. Volumen V, nº 21, 2004, págs. 39-53.
- ACNUR e IMDH. **Cadernos de Debate "Refúgio, Migrações e Cidadania"**. nº 1, 2, 3 e 4, 2006, 2007, 2008, 2009.
- ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. 3. ed. Wokingham: Addison-Wesley, 1954.
- ALMEIDA, Guilherme de. **Direitos Humanos e Não Violência**. São Paulo: Atlas, 2001.
- ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. **Evolução da Concepção de Cidadania**. Uberlândia, FAPEMIG, 2006.
- ANONNI, Dannielle; VALDES, Lysian Carolina. **O Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil**. Curitiba: Juruá, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **The origins of totalitarianism** I. Esp. parte I . Antisemitism. New York: Meridian Books, 1996.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-62.
- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania: Quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- BAADE, Joel Haroldo. **Cultura e Religião: Itinerários do Luteranismo em Santa Catarina e no Paraná**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARBOSA, Luciano P.; **Sagrado da Hora, J.R. A polícia federal e a proteção internacional dos refugiados.** Brasília: ACNUR, 2007.

BARRETO, Luiz Paulo Teles F. (Org.) **Refúgio no Brasil. A Proteção Brasileira aos Refugiados e seu Impacto nas Américas.** Brasília: ACNUR/Ministério da Justiça, 2010.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia e contextos. In: CASTRO, I. E. et al (Orgs.) **Explorações Geográficas: Percurso no Fim do Século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: a treatise in the Sociology of Knowledge.** New York: Anchor Books, 1967.

BEZERRA, Ocicleide de Lima. **Vai Trabalhar, Vagabundo: valores e representações sobre o trabalho.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** 17ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.** Diário Oficial da União, 5 out. 1988.

BRASIL. **A Constituição do Brasil 1988: comparada com a Constituição de 1967 e comentada.** São Paulo: Price Waterhouse, 1989.

BRASIL. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acessado em 09/09/2017.

BRYM, Robert. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o Cidadão?** Campinas: Papius, 1991.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão.** 2. ed. Campinas: Papius, 1998.

CARLOS, A. F. A. (Org.) **Ensaio de geografia contemporânea.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CASIMIR, Jean. **Haiti et ses elites: L' Interminable dialogue de sourds.** Port-au-Prince: Université D'État D'Haiti, 2009.

CASTOR, S. A transição haitiana: entre os perigos e a esperança. In: SADER, E. (Org.). **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008. v. 2.

CARTA MAIOR. **O legado dos amaldiçoados**: uma breve história do Haiti. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-legado-dos-amaldicoados-uma-breve-historia-do-Haiti/22121> Acesso em: 12/12/2017.

CEPAL. **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. 2009. Disponível em: [http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis\\_ESPANOL-WEB.PDF](http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF). Acesso em 20/05/2017.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2015.

CAMARGO, Orson. "**Sociedade**"; **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. **Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho**. Rondonia: Travessia, v. 70, p. 99-106, 2012.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, 2014.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981 – **Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 11 dez. 1981.

CORTINA, A. **Cidadão do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo, Loyola, 2005.

CUNHA, M. J. C. (Org.). **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DEMATTEIS, G. **Geografia Democrática, território e desenvolvimento local, Formação**, n.12, v.2, 2005, p.11-26.

DURKHEIM, E. **The Elementary Forms of Religious Life**. New York: The Free Press, 1995.

DURKHEIM, E. "**Marxism and Sociology**: The Materialist Conception of History". In: *The Rules of Sociological Method*. New York: The Macmillan Press, 1982b.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. **Primitive Classifications**. Chicago: The University of Chicago Press, 1963.

ESTADO MÍNIMO. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_estado\\_minimo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm).

Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

FERNANDES, Piedade Maria Inglês. **O funcionamento da sociedade capitalista na concepção de Émile Durkheim e Karl Marx**. Revista científica eletrônica de psicologia – issn: 1806-0625. Editora FAEF. Garça/SP – Ano VI – Número 10 – Maio de 2008 – Periódicos Semestral.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, (estudos latino-americano, v.12).

GLICK Schiller, Nina, Linda BASCH, and Cristina BLANC-SZANTON. 1992a.

**Transnationalism**: A new analytic framework for understanding migration. In *Towards a transnational perspective on migration: Race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*, ed. Nina Glick Schiller, Linda Basch and Cristina Blanc-Szanton. New York: New York Academy of Sciences.

GUIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, C.W.P. **A geografia está em crise**. Viva a geografia! Boletim Paulista de geografia, 55: p. 5-29, 1978.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*. Vol. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael P. **Migração, Desemprego e Desenvolvimento: uma análise de dois setores.** American Economic Review , 60 (1): 126-142, JSTOR, 1970.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005 (2001).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. Tempo Social; **Revista de Sociologia USP**, São Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo.** São Paulo, Hucitec, 1988a

\_\_\_\_\_. **Escravidão e racismo.** São Paulo, Editora Hucitec, 1988b

IMDH. **Políticas públicas para as migrações internacionais.** 2. ed. revista e atualizada. Brasília: IMDH/Acnur/Câmara dos Deputados, 2007.

IPEA **Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça.** Série histórica de renda 1995-2015, baseada nas Pnad anuais. Valores referentes a 2015.

ISAAC, Julius. **Economics of migration.** London, Kegan Paul, 1947.

JAMES, Ceryl. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96.** Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com 6 (seis) anos de idade. Brasília: MEC, 2006.

JONES, Delmos. Which Migrant? Temporary or Permanent?, in GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina – **Towards a transnational perspective on migration.** The New York Academy of Sciences, New York, 645, 1992, p 217-225.

JUBILUT, Líliliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

KRAWULSKI, E. A orientação profissional e o significado do trabalho. **Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais.** Florianópolis, 1998.

KURZ. Robert. **A economia política da Educação.** Original do alemão, 2011. Disponível em:<<http://obeco.planetaclix.pt>>Acesso em: 23/05/2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1975) **Raça e história**. 2a edição. Trad. Inácia Canelas. Lisboa, Editorial Presença. p. 98-112.

LIVIANU, R., coord. **Justiça, cidadania e democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. 238 p. ISBN 978-85-7982-013-7. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis; Vozes, 2003.

MASSEY, D. S. **Social Structure household strategies, and the cumulative causation of migration**. Population Index, 1990.

MAGALHÃES, L. F. A. **O Haiti é aqui**: análise das informações sobre os imigrantes haitianos em Santa Catarina – Brasil. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO. Anais. Lima: Peru, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann. **Identidades Traduzidas**: Cultura e docência teutobrasileira-evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Sinodal, 2000.

MILESI, Rosita (Org.) **Refugiados**: realidades e perspectivas. São Paulo: Loyola; Brasília: CSEM/IMDH, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

**Mianmar tem novo nome oficial, bandeira e hino**: 21 de outubro de 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/.../mianmar-tem-novo-nome-oficial-bandeira-e-hino.jhtm>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

MOREIRA, R. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Encontros com a Civilização Brasileira 16: pp. 143-170, 1979.

MOREIRA, R. **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOULIN, Carolina. **O regime internacional de proteção às pessoas apátridas em dois momentos**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

MUNIZ, Regina Maria F. **O Direito à educação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NICHOLLS, David. **From Dessalines to Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti**. Nova Brunswick: Rutgers, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3472/2487>> Acesso em: 13/12/2017.

OXFAM Brasil. **Relatório: A distância que nos une**. Disponível em: <[www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br)> Acessado em: 09/11/2017.

PACÍFICO, Andrea Pacheco. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural versus políticas públicas**. Maceió: Edufal, 2010.

PATARRA, Neide Lopes. **Brasil: país de imigração?** 2012. Disponível em: <<http://oestrangeirodotorg>. Acesso em: 6/03/2017.

PENA SDJ. **Color and genomic ancestry in Brazilians**. Proc Natl Acad Sci USA. 2003 Jan 7;100(1):177-82.

PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO. Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,AA1340180-9356,00-PERCEPCAO+DE+CORRUPCAO+NO+BRASIL+AUMENTOU+EM+DIZ+TRANSPARENCIA+INTERNACIONA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1340180-9356,00-PERCEPCAO+DE+CORRUPCAO+NO+BRASIL+AUMENTOU+EM+DIZ+TRANSPARENCIA+INTERNACIONA.html). Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. BARTH, Frederik. **Teorias da Etnicidade: Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. São Paulo, UNESP, 1988.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (1974).

QUAINI, M. **La costruzione della geografia umana**. Firenze: La Nuova Italia, 1975.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO DA ONU- 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

ROSA, Renata de Melo. **A construção da desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais**. In. Revista Universitas: Relações Internacionais v. 4, n. 2. Brasília: 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social e Outros Escritos**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

SALT, John. "**Contemporary trends in international migration study**", International Migration, Vol. 25, (1987).

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. Caderno de Indicadores / Diretoria de Planejamento Orçamentário. Florianópolis, 2016, 171p.:il.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Carmelice Aires Paim. **Transmigrantes: uma identidade multiplamente referenciada**– UNICAMP. Disponível em:<[http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN\\_2009/PDF/Carmelice%20Aires%20Paim%20dos%20Santos.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Carmelice%20Aires%20Paim%20dos%20Santos.pdf)> Acesso em 12/12/2017.

SANTOS, Maria Carolina Alves dos. **A Lição de Heráclito.** Trans/Form/Ação, São Paulo, 13: 1-9, 1990.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método,** Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.

SASAKI, E.M. e Assis, G.O. **Teorias das migrações internacionais.** XII Nacional da ABEP. Caxambu, 2000

SCHWARZ, R. G. Imigração: a fronteira dos direitos humanos no século XXI. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 5, p. 181-185, outubro/2009.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: a soberania dos ditadores.** Porto Alegre: Solivros, 1994.

SILVA PINTO, Márcio Alexandre da. **Direitos Sociais de(a) Cidadania.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1997.

SIMMEL, Georg. (1903), "**The Sociology of Conflict I**". *American Journal of Sociology*, vol. 9, nº 4, pp. 490-525.



THOMÉ, Nilson. **A formação do homem do Contestado e a Educação Escolar - República Velha**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. de Regis Barbosa e Karen Barbosa- Brasília: UNB, 2015.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 390 páginas.

ZAMBERLAN, J. BOCCHI, L. CORSO, G. CIMADON, J. **Os novos rostos da imigração no Brasil – haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Solidus, 2014. 81p.